

**UNIVERSIDADE CATÓLICA
PORTUGUESA . PORTO**
FACULDADE DE ECONOMIA E GESTÃO

MESTRADO

GESTÃO

Modalidade de Trabalho

Dissertação

Tema

Impacto Distributivo das Medidas de Austeridade - Uma
Revisão de Literatura

Nome Aluno

Mariana Macedo Pereira da Silva

Data

Junho/2013





CATÓLICA
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | PORTO
Faculdade de Economia e Gestão

Impactos distributivos das medidas de austeridade – Uma revisão de literatura.

Mestrado em Gestão

Mariana Macedo Pereira da Silva

Orientadora: Professora Francisca Guedes de Oliveira

“Fiscal consolidation will be painful in many countries, but it does not have to be unfair”

Min Zhu (Deputy Managing Director of FMI)

Agradecimentos

Para a realização deste trabalho contei com o apoio crucial de algumas pessoas, querendo, neste sentido, agradecer a todos os que de alguma forma, contribuíram para a conclusão deste trabalho e assim a concretização de um objectivo pessoal e profissional.

À Professora Francisca Guedes de Oliveira gostava de agradecer toda a atenção e disponibilidade demonstrada ao longo deste período. Todos os inúmeros esclarecimentos que me foi prestando ao longo destes seis meses que considero terem sido cruciais para o desenvolvimento deste trabalho.

À minha família (mãe, pai e irmão) e amigos por todo o apoio e disponibilidade demonstrada, tornando assim possível a conclusão desta etapa da minha vida.

Lista de abreviaturas

ECHP – European Community Household Panel Survey

EE – Economias Emergentes

EUA – Estados Unidos da América

EU-SILC – European Statistics on Income and Living Conditions

FED – República Federal Alemã

IRS – Imposto sobre rendimento de pessoas singulares

IRC – Imposto sobre rendimento de pessoas colectivas

IVA – Imposto sobre o valor acrescentado

LIS – Luxemburg Income Study

OCDE – Organização para a cooperação e desenvolvimento económico

PEC – Pacto de estabilidade e crescimento

PAEF – Programa de Assistência Económica e Financeira

PIB – Produto Interno Bruto

UE – União Europeia

WEO – World Economic Outlook

Número aproximado de palavras: 19.840

Palavras chave: Income Distribution

Austerity measures

Períodos Recessivos

Resumo

Este trabalho teve como objectivo analisar a literatura relevante que explica a relação entre a adoção de medidas de austeridade e a variação na igualdade/desigualdade da distribuição de rendimento.

O meu principal objectivo passou por perceber e interpretar a literatura existente que relaciona as crises económicas e financeiras e as medidas de austeridade com a equidade na distribuição de rendimento. A metodologia que será usada na dissertação será a interpretação da teoria existente na literatura científica numa tentativa de sistematizar as conclusões já encontradas pelos autores mais relevantes acerca do tema em análise. A qualidade de uma revisão de literatura depende do seu rigor e consistência, clareza e brevidade e de uma análise eficiente e sintetizada¹.

Procurei então perceber se, de acordo com os principais autores, existe alguma tendência na variação da desigualdade de distribuição de rendimento aquando da adoção de medidas de austeridade.

Ao longo da revisão, tive de ir tendo em conta alguns aspectos como, quais as medidas mais utilizadas, quais as principais fontes de informação, bem como realçar as diferenças entre países, culturas, período temporal e o cenário envolvente. Ao longo dos textos analisados tornou-se claro que o coeficiente mais utilizado para aferir a desigualdade na distribuição do rendimento foi o coeficiente de Gini.

Assim, importa realçar as principais conclusões retiradas após esta análise: Em primeiro lugar, é importante frisar que os diversos autores estudados retiram conclusões que podem parecer incoerentes, mas que estão condicionadas pelas diferentes conjunturas e pela realidade de cada um dos países, bem como pelos rácios utilizados aquando da realização das análises. Aliás há diversos autores, que concluem precisamente que o impacto de uma grande crise económica na distribuição de rendimento não é de forma alguma

¹ Hart. C.. 1998. **Doing a Literature Review**. Sage Publications, London.

previsível e podem variar consoante a dimensão, cultura, estrutura fiscal e económica dos diferentes países em análise.

As medidas mais referidas pelos autores dizem respeito a: aumentos nos impostos sobre rendimento; aumento das contribuições para a segurança social; diminuição dos benefícios sociais e diminuição dos gastos públicos. Estas medidas têm um impacto claro no bem-estar dos indivíduos; contudo este impacto pode ser controlado, através da adopção de medidas pensadas para o efeito.

É também feita referência à globalização e aos avanços tecnológicos como causadores da desigualdade entre os indivíduos.

Por vezes foi também feita referência ao aumento dos impostos indirectos como medida adoptada em alguns países para fazer face à situação económica que enfrentam, no entanto, por falta de informação pouco é dito sobre o impacto desta medida.

Abstract

This paper attempts to analyze the existing relevant literature which explains the relationship between the adoption of austerity measures and changes in equality/inequality of income distribution.

Thus, through a literature review I've considered studies of several authors in order to be able to remove the most reliable conclusions.

My main goal was to perceive and interpret literature that relates the economic and financial crises and austerity measures with the equitable income distribution. The methodology used in this paper is the interpretation of existing theory in the scientific literature and attempt to systematize the more relevant conclusions which were already drawn by the authors on the subject under analysis. The quality of a literature review depends on its accuracy and consistency, clarity and brevity and on an efficient synthesized analysis.

I have sought to understand if, according to the main authors, there is a trend in the variation of inequality of income distribution when austerity measures are adopted.

Throughout the review, I had to take into account aspects such as, what are the most commonly used measures, sources of information, as well as highlight the differences between countries, cultures, time frame and involving context. Throughout the review it became clear that the most utilized coefficient to measure inequality of income distribution is the Gini coefficient.

Thus, the main conclusions drawn in this analysis should be highlighted: Firstly, it is important to note that several of the studied authors draw incoherent conclusions, because they are conditioned by different conjunctures and by the reality of each country, as well as by the coefficients used when conducting such analysis. According to some authors, it was also possible to conclude that the impact on inequality of income distribution of a large scale economic crisis is not predictable and its impacts may vary

depending on the dimension, culture, tax and economic structure of the different countries under analysis.

The measures most frequently mentioned by the authors concern increases in income taxes; increases in social security contributions; reduction of social benefits and public spending. These measures have a clear impact on the welfare of the individuals; however this impact may be controlled through the adoption of measures thought for that purpose.

Some authors refer globalization and technological advancement as the major cause for inequality between individuals.

Finally, the authors also stressed that inequality in income distribution caused by the adoption of austerity measures may also be evaluated based on differences in access by different members of the population to basic issues of well-being: health and education.

Índice

Agradecimentos	4
Resumo	7
Abstract	9
Índice	11
Índice de Gráficos	13
Índice de Tabelas	14
I - Introdução	15
II – Relevo actual do tema	18
II.1 – Enquadramento	18
III – Importância da informação disponível	23
IV – Indicadores e modelos fundamentais para medir a desigualdade	27
<i>IV.1 - Indicadores</i>	<i>27</i>
Nos vários estudos analisados, é feita referência às bases de dados da Euromod, EU-SILC e The European Community Household Panel Survey (ECHP).	27
➤ Coeficiente de Gini	27
➤ Coeficiente de variação	29
➤ Indicador S80/S20	30
➤ Índice de Atkinson	31
<i>IV.2 – Euromod e as bases de dados de suporte</i>	<i>31</i>
➤ Euromod	31
➤ EU-SILC	32
➤ The European Community Household Panel Survey (ECHP)	32
V – Austeridade vs igualdade	33
VI – Conclusão	67
Bibliografia	72

Anexos	76
Anexo 1 – Medidas de austeridade simuladas no estudo: The distributional effects of austerity measures: as comparison of six EU countries – Social Situation Observatory – Income distribution and living conditions.	76
Anexo 2 – Impacto das medidas de austeridade por decis da população nos 6 países considerados no estudo da Comissão Europeia (RN2/2011)	79
Anexo 3 – Medidas de austeridade consideradas no estudo “Modelling the distributional effects of austerity measures: The challenges of a comparative perspective”.	80
Anexo 4 – Construção da base de dados internacional do coeficiente de Gini:	86
Anexo 5 – Países membros da Organização para o Cooperação e Desenvolvimento Económico	90
Apêndice	91
Apêndice 1- Coeficiente de Gini na UE-27	91

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Défice Orçamental e Dívida Pública portuguesa (em % do PIB)

Gráfico 2 – Dívida Pública em % do PIB.

Gráfico 3 – Curva Genérica de Lorenz.

Gráfico 4 – Rácio entre o rendimento detido pelos 20% mais ricos face ao dos 20% mais pobres (S_{80}/S_{20}), nos países EU-27, Islândia e Noruega (2010).

Gráfico 5 – Coeficiente de Gini na Grécia (2009-2010).

Gráfico 7 – Alterações no coeficiente de Gini entre 2007 e 2010.

Gráfico 8 – Peso, em %, de cada uma das medidas de austeridade nos diferentes países.

Gráfico 9 – Impacto, em percentagem, provocado pelas medidas de austeridade na distribuição de rendimento.

Gráfico 10 – Coeficientes de Gini nas economias emergentes.

Gráfico 11 – Mudanças no rendimento real disponível por percentil da população.

Gráfico 12 – Mudanças no peso dos impostos e das contribuições sociais no rendimento total da população.

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Dados Económicos Europeus.

Tabela 2- Coeficiente de Gini, Coeficiente de Variação, S80/S20.

Tabela 3 – Efeito das medidas de austeridade nas taxas de pobreza.

Tabela 4 – Impacto das medidas de austeridade em índices de desigualdade selecionados.

Tabela 5 – Crescimento do rendimento superior para os 10% da população com rendimentos superiores

Tabela 6 – As tendências da desigualdade através de medidas diferentes

I - Introdução

A minha dissertação desenvolveu-se no âmbito do último semestre do Mestrado em Gestão na Universidade Católica do Porto, através do qual procurei perceber, tal como o seu título indica, através de uma revisão de literatura, o impacto na distribuição do rendimento da adopção de medidas de austeridade.

O grande período de recessão económica que se vive em praticamente todo o mundo e a consequente diminuição da riqueza em muitos dos países ocidentais, torna fundamental perceber que tipos de impactos estão a ser sentidos na distribuição do rendimento. As consequências na equidade das recessões e da austeridade não poderia, por isso, ser um tema mais actual.

Problemas como erros na condução da política económica, alta exposição à crise do *sub-prime* norte-americana, aumento do endividamento e do défice levaram alguns países, como por exemplo, Portugal, Grécia e Irlanda a adoptar medidas restritivas e a terem de recorrer a ajuda externa².

Existem inúmeros factores que interferem na relação crise/austeridade vs. equidade distributiva. O binómio variará de país para país de acordo com a situação que os envolve: depende da própria definição de distribuição de rendimento considerada, das causas da crise, do tipo de medidas restritivas adoptadas e do porquê da necessidade de as aplicar³. Como afirmam Muriel and Sibieta (2009)⁴, As recessões não são eventos uniformes. As recessões passadas diferem umas das outras, tanto nas suas causas como nos seus efeitos.

Importa referir que a metodologia escolhida é uma revisão crítica da literatura, ou seja, a resposta à minha questão de investigação passa por uma

² Pereira, A. S. 2011. *Portugal na Hora da Verdade*. Trajectos Portugueses. Gradiva.

³ Stephen P. Jenkins, et all.. 2013. *The Great Recession and the Distribution of Household Income*. Oxford University.

⁴ Brewer, M., et all. 2009. *Poverty and Inequality in the UK: 2009*. The Institute For Fiscal Studies. London.

leitura interpretativa da bibliografia já existente (*papers, case studies*, livros relativamente ao tema em questão) e não por um tratamento primário de dados.

A metodologia que claramente deverá ser usada na dissertação será a interpretação da teoria existente na literatura científica para tentarmos sistematizar as conclusões já encontradas pelos autores mais relevantes acerca do tema em análise. A qualidade de uma revisão de literatura depende do seu rigor e consistência, clareza e brevidade e de uma análise eficiente e sintetizada⁵.

A estrutura do meu trabalho será a seguinte:

No capítulo II pretendo mostrar a relevância deste tema e enquadrá-lo com a crise financeira internacional que teve início em 2008. Um conjunto de acontecimentos simultâneos, como a crise de *sub-prime*, opções de política interna, permeabilidade à crise mundial, défice externo estrutural, entre outros, levaram a um endividamento excessivo e a um agravamento do défice do orçamento de Estado em muitos Estados-Membros, mais especificamente em Portugal.

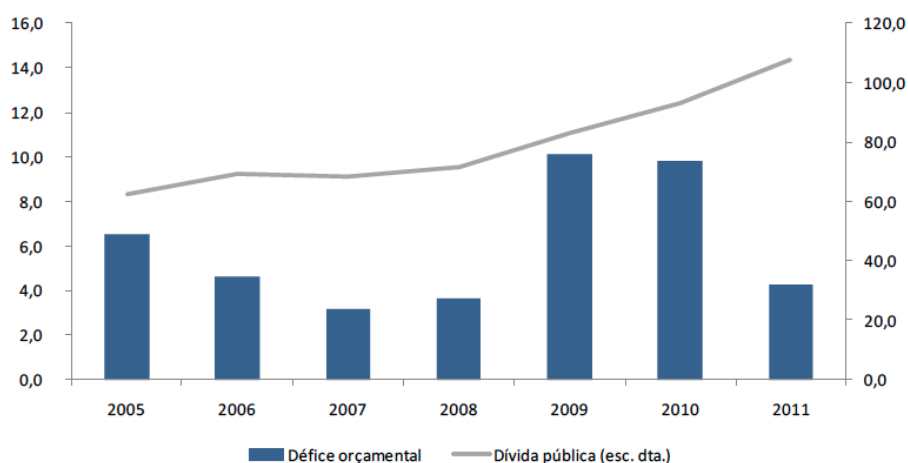


Gráfico 1 - Déficit Orçamental e Dívida Pública portuguesa (em % do PIB)⁶

⁵ Hart. C.. 1998. **Doing a Literature Review**. Sage Publications, London.

⁶ Déficit Orçamental e Dívida Pública Portuguesa. Disponível em www.bportugal.pt. (10/11/2012; 18H 59M).

Importa ressaltar que quando me refiro ao impacto **positivo** das medidas de austeridade na distribuição do rendimento refiro-me a um contributo positivo, ou seja, a uma diminuição da desigualdade da distribuição do rendimento.

No capítulo III, irei explicar o porquê da importância das fontes e da informação disponível. Cada vez mais temos vindo a assistir a um *boom* de informação, o número de fontes de informação tem vindo a crescer a um ritmo acelerado, o que por um lado é positivo, pois a margem de tempo entre a ocorrência de um evento e a sua notícia é extremamente reduzida, no entanto, nem todas as fontes são fidedignas e para tal é preciso ter em conta alguns critérios que irei explicar;

No quarto capítulo, irei apresentar os principais indicadores encontrados na literatura para medir a desigualdade da distribuição do rendimento (Coeficiente de Gini, Coeficiente de Variação e indicador S80/S20) e as duas bases de informação mais importantes para estudos relativos à União Europeia (adiante, UE) (Eurostat e EU-SILC);

No quinto capítulo denominado por austeridade Vs. Desigualdade, será feita a revisão de literatura, onde procuro encontrar e perceber as conclusões mais relevantes em relação a esta temática e perceber se há literatura relevante que aponta para uma relação positiva entre crises e medidas restritivas e/ou literatura que aponta para uma relação negativa;

O sexto capítulo corresponde a um caso de estudo. Tendo já sido tiradas conclusões acerca da relação positiva ou negativa que as crises e as medidas de austeridade possam ter com a equidade distributiva, queremos perceber, com base em informação recolhida da base de dados www.pordata.com, as variações no coeficiente de Gini na UE-27 entre 2008 e 2011, para perceber o impacto da adopção das medidas de austeridade em países como a Grécia, Irlanda, Espanha e Portugal;

Por fim, irei apresentar as principais conclusões retiradas pelos autores, bem como explicar a existência ou não de relação entre os períodos recessivos

e as medidas de austeridade adoptadas para fazer face a estes períodos e a distribuição de rendimento.

II – Relevância actual do tema

II.1 – Enquadramento

Inicialmente o sector bancário nos Estados Unidos da América (“EUA”) era um sector extremamente controlado/regulado⁷ o que, segundo Ricardo Reis⁸ (ano), permitia a sobrevivência de alguns pequenos bancos, denominados por *Savings and Loans* (“S&L”). Mais tarde, no início dos anos 80, segundo uma publicação do mesmo autor⁷, deram-se dois acontecimentos que vieram a colocar a sobrevivência deste tipo de bancos em questão, “dois choques puseram os S&L à beira da falência. Primeiro, porque os seus empréstimos eram de longo prazo e as taxas nominais fixas (por exemplo, 5% a 30 anos), quando a inflação inesperadamente subiu acima dos 10% os prejuízos acumularam-se. Segundo, com a desregulamentação do sector bancário, as S&L deixaram de conseguir atrair depósitos, “pois não tinham a rede de balcões e serviços dos grandes bancos...entrando assim em bancarrota”. Assim, o *subprime* surgiu quando “a Reserva Federal norte-americana (Fed) começou a baixar as taxas de juro para estimular o mercado imobiliário.”⁹ O nome “*sub-prime*” adveio do *rating* atribuído nesta fase pelo mercado, A-prime.¹⁰ Os 2 dos maiores fundos de investimento imobiliário do mundo da Bear Sterns¹¹ praticamente faliram, o que levou a que algumas instituições financeiras tentassem vender os seus títulos “*subprime*” para limitar as perdas levando a uma queda acentuada do seu valor¹⁰. Esta

⁷ Reis. R..2011. **Explicando a crise do sub-prime**. Económico. (27/01/2013; 10H 57M);

⁸ Ricardo Reis, Professor de economia na Woodrow Wilson School da Universidade de Princeton.

⁹ Como surgiu o subprime. Disponível em economics.sapo.pt/edicao/diarioeconomico/edicao_empresa/economia/pt/desarrollo/1025625 (14/04/2013; 10H19M).

¹⁰ The Portuguese Economy. Disponível em <http://theportugueseconomy.blogspot.pt/>. (27/01/2013; 12H 57M).

¹¹ Banco de investimentos com sede em Nova Iorque.

sequência de acontecimentos, levou à necessidade de injeção de dinheiro por parte dos governos nas instituições financeiras, a medidas radicais por parte do governo americano, levando a um deslize no orçamento.

Assim, de acordo com o descrito anteriormente, a reacção à crise do *sub-prime* levou a um deslize no orçamento tendo forçado às medidas de consolidação orçamental e posteriormente à intervenção externa em alguns países. Em 2009, a grave recessão económica já tinha afectado, para além dos Estados Unidos da América (EUA), muitos países europeus. Provocado pelos défices excessivos e o aumento do endividamento¹² viveram-se momentos de incerteza e de deterioração das perspectivas de crescimento e procura global.

A variação da dívida pública face a 2007 (ano anterior à crise) em grande parte das economias mundiais foi superior a 10%, com excepção das economias emergentes (Brasil, China, Índia etc).

A economia mundial em 2011 ficou particularmente marcada pela entrada da economia global numa nova fase, tendo-se registado um decréscimo significativo da actividade global, um incremento das desigualdades e uma quebra sem precedentes dos índices de confiança dos agentes económicos. Ao mesmo tempo, assistia-se a uma estagnação dos consumos público e privado nos Estados Unidos da América (“EUA”), a uma turbulência sem precedentes no sector financeiro europeu, a um fenómeno global de *sell-off* de activos de maior risco e a crescentes sinais de contaminação da economia real. As fragilidades estruturais das economias avançadas atingidas pela crise provaram ser de resolução mais difícil do que o esperado e o processo de elaboração e implementação de reformas ainda mais complexo¹³.

As projecções do World Economic Outlook¹³ (WEO) apontam para um crescimento global de aproximadamente 4% até ao ano de 2012, uma quebra equivalente a mais de um ponto percentual face ao registado em 2010.

¹² As famílias, o Estado e as empresas atingiram valores insustentáveis de endividamento.

¹³ FMI, “World Economic Outlook”, Setembro 2011.

Por sua vez, e neste mesmo cenário, as economias emergentes e em vias de desenvolvimento deverão registar um crescimento inferior, ainda que a um ritmo sólido, a rondar os 6% em 2012.

Em Portugal, provocado pelas elevadas taxas de endividamento, pelo aumento das taxas de juro e pela desconfiança dos mercados foi necessário, a partir de 2008, adoptar um conjunto de medidas restritivas para fazer face ao aumento da dívida pública.

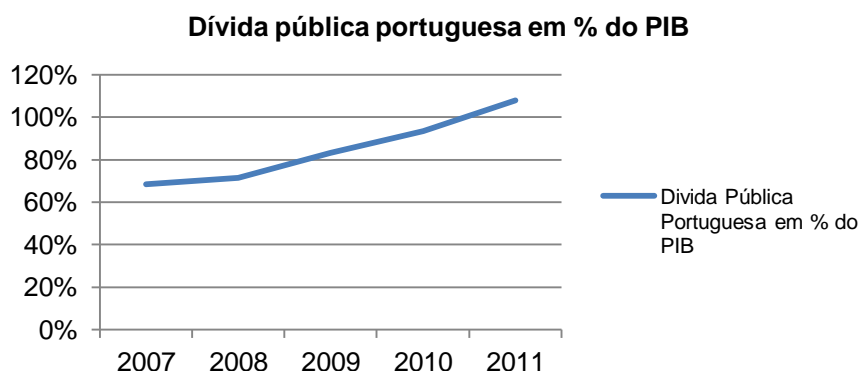


Gráfico 2 - Dívida pública portuguesa em % do PIB

O Orçamento de Estado para o ano de 2008 assentava em três pilares¹⁴:

1. Prosseguir com a política de redução da despesa pública iniciada anteriormente, diminuindo o seu peso na economia;
2. Incentivar a criação de emprego e apoiar a recuperação e reestruturação em curso da actividade económica; e
3. Apoiar os cidadãos e as famílias, com o objectivo de melhorar o seu bem-estar social, reforçando a capacidade de participação no esforço colectivo na criação riqueza.

No entanto, a partir de 2008 (início da grande recessão), associado ao aumento dos juros, a dívida pública agravou-se, como podemos ver pelo Gráfico 3, reflectindo um aumento de 36,2%¹⁵ (em percentagem do PIB), aumento este que forçou Portugal a adoptar um conjunto de medidas de

¹⁴ Orçamento de Estado 2008. Disponível em www.dgo.pt. (16/03/2013; 16H 00M).

¹⁵ General Government Gross Debt. *Intervenção da Troika em Portugal*. <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&plugin=1&language=en&pcode=tsieb090>. (18/07/2012; 00H 13M).

austeridade e a recorrer a ajuda externa, com um pedido de resgate de 78 mil milhões de Euros¹⁶ em Março de 2011.

A necessidade de diminuir o défice levou a uma proposta orçamental em Portugal, para 2013 ainda mais rigorosa e restrita, por forma a respeitar os limites do Programa de Assistência Económica e Financeira (“PAEF”)¹⁷. No entanto, foi definido um novo limite para o défice orçamental, inicialmente de 3%, de 4,5%. Não obstante o aumento deste limite, Portugal continua a necessitar de adoptar um conjunto de medidas para cumprir os requisitos impostos pelos parceiros externos.

Como podemos ver pela tabela 1 grande parte das economias, principalmente europeias, encontra-se numa péssima situação quando analisados dados estatísticos como taxas de crescimento, taxas de desemprego, e défice orçamental em % do PIB.

Assim, podemos ver que, a taxa de crescimento real do PIB nos países apresentados na tabela diminuiu de 1996 para 2011; a taxa de desemprego na Bélgica diminuiu. No entanto, em Portugal e na Grécia (países a passar por uma forte recessão económica) este índice aumentou drasticamente nos últimos anos, de 11,2 para 24,2 na Grécia e de 3,8 para 15,7 em Portugal.

A taxa de crescimento real do PIB em todos os países apresentou uma evolução negativa, sendo de realçar o Chipre e a Grécia como os países com taxas de crescimento mais negativas.

Todos os países apresentaram uma variação extremamente negativa no que diz respeito à taxa de desemprego, realçando as situações verificadas em Espanha, na Grécia e em Portugal. No que diz respeito ao défice, em % do PIB, todos os países considerados na tabela apresentaram variações negativas, entre o ano de 2000 e 2012. Não obstante algumas destas variações serem ligeiras, o impacto na economia dos países é muito elevado.

¹⁶Intervenção da Troika em Portugal, 2010/2014. Disponível em www.tv.fer.pt. (18/07/2012; 00H 21M).

¹⁷ Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF). Disponível em <http://www.portugal.gov.pt>. (16/03/2013; 09H 52M).

(Valores em %)	Taxa de crescimento real do PIB		Taxa de Desemprego		Despesa em % do PIB	
	2000	2012	2000	2012	2000	2012
EU-27	3,6	-0,6	9,2	10,4	44,8	49,4
Alemanha	2,9	0,5	7,9	5,5	45,1	45
Áustria	3,4	0,3	4,7	4,3	51,9	51,2
Bélgica	3,4	-0,9	6,6	7,5	-0,1	-4
Bulgária	6,3	1,4	16,2	12,3	41,3	35,7
Chipre	3,9	-4,9	5	11,8	-2,3	-6,3
Dinamarca	3,2	-0,9	4,5	7,5	2,2	-4,2
Eslováquia	1,3	2,7	19,1	14	52,1	37,4
Eslovénia	4	-2,5	6,9	8,8	46,5	49
Espanha	4,2	-1,5	13,8	25	-1	-10,6
Estónia	10,3	3,3	13,1	10,1	39,2	47
Finlândia	5,1	-0,7	11,1	7,7	48,3	56
França	3	-0,5	10,2	9,9	51,7	56,7
Grécia	3,2	-6,3	11,2	24,2	-3,7	-10
Hungria	4,5	-1,4	6,6	10,9	47,8	48,5
Irlanda	9,3	7	4,3	14,7	31,2	42,1
Islândia	2,9	1,1	1,8	6	41,9	46,5
Itália	3,6	-2,6	10,8	10,7	45,9	50,6
Letónia	6,7	6,8	14,2	14,9	37,6	36,5
Lituânia	4,4	5	15,9	13,2	38,9	36,2
Luxemburgo	7	-2	2,3	5,1	38,1	43
Malta	x	0,9	6,3	6,4	39,5	43,9
Noruega	2,6	1,8	3,5	3,1	42,3	43,2
Países Baixos	3,2	-1,3	2,7	5,3	44,2	50,4
Polónia	4,3	2	16,3	10,1	41,1	42,3
Portugal	3,4	-2,7	3,8	15,7	-2,2	-6,4
Reino Unido	3,9	-0,5	5,6	7,9	36,8	48,5
República Checa	4,3	1,4	8,8	7	41,6	44,5
Roménia	2,5	f0,9 ¹⁸	7	7	-4,7	-2,9
Suécia	4,3	0,1	5,5	8	55,1	52

Tabela 1 - Dados económicos europeus¹⁹

Assim, podemos concluir que nem todos os países europeus estão a enfrentar fortes períodos recessivos. Por exemplo, a Eslováquia, a Letónia e a Lituânia apresentam taxas de crescimento, de 2000 para 2012 positivas. Importa realçar, como países com taxas de crescimento negativas mais acentuadas, a Grécia, Irlanda, Portugal. A Alemanha, por exemplo, apesar do da taxa de crescimento negativo, apresenta uma diminuição do desemprego e

¹⁸ Valor previsto

¹⁹ Dados económicos europeus. Disponível em www.pordata.pt (14/04/2013; 11H10M)

uma diminuição do défice em % do PIB. Estes períodos são agravados pelas austeras medidas de política orçamental levada a cabo para combater os défices excessivos. A recessão e austeridade não pode deixar de obrigar a reflectir acerca dos custos desta crise e da repartição dos sacrifícios entre os indivíduos, trazendo para a ordem do dia questões relacionadas com a igualdade na distribuição do rendimento. Pela necessidade de serem adoptadas medidas de austeridade o impacto que advém destas políticas na questão da desigualdade na distribuição do rendimento tem vindo a ganhar importância.

III – Importância da informação disponível

Ao longo da minha dissertação fui confrontada com diversas fontes de informação. No entanto, tratando-se este trabalho de uma revisão de literatura, é importante referir alguns aspectos que fui tomando nota ao longo do meu trabalho, como, a título de exemplo, questões de informação demasiado dispersa e credibilidade das fontes.

A credibilidade da informação é cada vez mais uma questão crítica quando se abordam temas de grande importância. O facto de existir um grande número de fontes torna mais fácil a confrontação com os diversos autores assegurando a fiabilidade da informação, no entanto, dificulta a análise pela difícil escolha que daqui advém.

Em qualquer tema é necessário obter informação correcta, fidedigna, homogénea de forma a permitir a comparação entre países.

O Eurostat, Comissão Europeia e o Gini Project, são exemplos de instituições que procuram harmonizar a informação (conceitos e variáveis) de forma a permitir considerar diversas variáveis na comparação entre países.

Existem várias fontes onde é possível encontrar informação útil para este tema, como por exemplo, a OCDE, Eurostat (ECHIP - European Community Household Panel Survey), Gini Project, Lis, EU-SILC (infra descritos no capítulo IV). A OCDE, como fornecedora de informação nesta temática, recolheu informação de um variado número de ocasiões pelas quais passaram os seus países membros. Com esta informação conseguiu criar um

template comum, tornando-se extremamente útil no que diz respeito a variáveis utilizadas para medir a desigualdade, a distribuição do rendimento, taxas de pobreza, para os últimos trinta anos, em intervalos de cinco anos, onde o mais recente é de 2005²⁰.

O ECHP é uma pesquisa longitudinal harmonizada coordenada pelo Eurostat que abrange uma enorme extensão de assuntos, como por exemplo, rendimento, emprego, estrutura familiar, saúde e educação²⁰. Todos estes assuntos contribuem para os estudos relacionados com a distribuição de rendimento. Para esta pesquisa foram tidos em conta, aproximadamente, 130.000 pessoas com idades superiores a 16 anos em doze Estados Membros.

Entre 2001 e 2002, este estudo foi substituído pelo EU-SILC (European Statistics on Income and Living Conditions), actual fonte de referência na União Europeia no que diz respeito a indicadores de pobreza e inclusão social. Este estudo abrange os 27 Estados Membros da União Europeia, Islândia, Turquia e Noruega, entre outros, e continua, obviamente a ser coordenado pela Eurostat.

Como referi anteriormente, a qualidade da informação é claramente uma questão a considerar, no entanto, o Eurostat e os serviços estatísticos nacionais estão a realizar profundos esforços para garantir que a informação disponibilizada pelo EU-SILC é o mais correcta e harmonizada possível, para permitir que se realizem comparações entre os vários países. Para tal, cada país é obrigado a fornecer informação detalhada anualmente num relatório, contribuindo assim para o Eurostat produzir um estudo com qualidade que se foque na precisão, oportunidade e comparabilidade da informação. A LIS²¹, a OCDE e a EU-SILC fornecem informação relativamente a um conjunto de indicadores da desigualdade do rendimento e de pobreza. No entanto, não

²⁰ Nolan, B., et all. 2011. **Comparable Indicators of Inequality Across Countries**. Gini Discussion Paper 9. March 2011. Gini Project.

²¹ Luxemburg Income Study – é um centro de informação transnacional localizada em Luxemburgo e que contem informação harmonizada proveniente de vários países em todo o mundo – www.lisdatacenter.org.

fornece informação anual contínua para um número de anos substancial e para um grande número de países.

Sendo este um tema tão actual, é importante referir a enorme quantidade de informação proveniente de estudos realizados por várias entidades competentes, como por exemplo Comissão Europeia ou o *Gini Project*, que efectua comparações entre vários países relativamente à desigualdade na distribuição de rendimento em períodos de recessão. Contudo, esta enorme quantidade de informação traz também algumas dificuldades, pois os pontos-chave considerados em cada estudo são tidos em atenção de forma diferente. Por exemplo, a definição de rendimento pode conter várias parcelas diferentes, o que leva a que seja sempre preciso realizar uma análise cuidada.

O *Gini Project* tem como objectivo principal perceber qual é o impacto da desigualdade ao nível social, político e cultural através da comparação entre 25 países da UE, EUA, Japão, Canadá e Austrália.

Segundo este mesmo estudo, “Comparable Indicators of Inequality Across Countries”²², é claramente importante perceber que nem toda a informação disponível relativa a cada país é calculada com base em dados reais, mas sim, com base em estimativas pela média do país. Assim, aquando da análise de diversas fontes de informação, é importante considerar questões como o período temporal e o número de elementos que constituem os agregados familiares.

Outra questão a ter em conta, ainda em relação à estandardização da informação entre países, segundo o *Gini Project*, é o “Income Recipient Unit”, ou seja, deve-se determinar, para analisar a distribuição de rendimento, se se vão basear nos rendimentos conseguidos por um indivíduo em nome individual ou se se vão dedicar ao agregado familiar.

²² Nolan, B., et al. 2011. **Comparable Indicators of Inequality Across Countries**. Gini Discussion Paper 9. March 2011. Gini Project.

O *Gini Project*, com base num estudo realizado por Cowell²³, 2011, resumiu um conjunto de medidas possíveis para apurar o nível de desigualdade, como o coeficiente de Gini, *income share ratios* e também as medidas propostas por Atkinson²⁴.

²³ Cowell, F. & Fiorio, Carlo. 2010. **Inequality Decompositions**. Discussion paper 4, Gini Project. December.

²⁴ Atkinson, A., 1970. **Indice de Atkinson**. Journal of Economic Theory.

IV – Indicadores e modelos fundamentais para medir a desigualdade

Pela análise dos vários estudos importa referir os indicadores e os modelos mais utilizados pelos autores, explicar os princípios associados a cada um para melhor se compreender a sua aplicação, bem como referir as bases de dados mais consideradas.

IV.1 - Indicadores

Para perceber o impacto da aplicação de medidas de austeridade na distribuição do rendimento convém compreendermos como é que a equidade distributiva pode ser medida. Para tal, serão aqui apresentadas as quatro medidas específicas que foram utilizadas na bibliografia revista no capítulo seguinte: o coeficiente de Gini, o coeficiente de variação como medida da dispersão da distribuição do rendimento, o indicador S80/S20 e o índice de Atkinson.

Nos vários estudos analisados, é feita referência às bases de dados da Euromod, EU-SILC e The European Community Household Panel Survey (ECHP).

➤ Coeficiente de Gini

O coeficiente de Gini, segundo o Eurostat²⁵ e o FMI²⁶ é uma medida de desigualdade que é, normalmente, utilizada para calcular a variação da desigualdade da distribuição do rendimento. Devido à sua importância e coerência, este coeficiente é muito utilizado para comparar a variação da desigualdade da distribuição do rendimento pela população ao longo de um determinado período de tempo.

²⁵ Coeficiente de Gini. Definição. <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/web/table/description.jsp>. (23/07/2012; 21H 40M).

²⁶ Bastagli, F.; Coady, D. & Gupta, S.. 2012. Income Inequality and Fiscal Policy. September 27. IMF Staff Discussion Note.

Pode ser definido como: “a relação de acções cumulativas da população em função do nível de rendimento disponível equivalente e a parte cumulativa do total do rendimento disponível equivalente recebida por eles.”²⁷ Este coeficiente é calculado pela distância entre a curva de Lorenz (“representação gráfica que deriva da relação entre o rendimento e a população e que tem como objectivo a avaliação do grau de desigualdade em termos de repartição do rendimento de uma economia pelos seus indivíduos.”)²⁸²⁹ numa situação de total igualdade (recta com inclinação de 45º graus) e pela situação real de um país. No eixo das abscissas temos a percentagem de rendimento por decis de população agregados. Ou seja, qual a percentagem de rendimento associada a cada decil da população. No eixo das ordenadas representa-se a % de rendimento em valores acumulados. A área conseguida entre a curva de Lorenz com inclinação de 45º e a curva de Lorenz real dá-nos o valor do coeficiente de Gini.

²⁷ Coeficiente de Gini. Definição. Disponível em www.pordata.pt. (18/07/2012; 01H 33M).

²⁸ Curva de Lorenz – “corresponde a uma representação gráfica que deriva da relação entre o rendimento e a população e que tem como objectivo a avaliação do grau de desigualdade em termos de repartição do rendimento de uma economia pelos seus indivíduos. Mais concretamente, é considerada como eixo vertical a percentagem acumulada de rendimento e como eixo horizontal a percentagem acumulada de população que é colocada por ordem de crescimento de rendimento individual.” Curva de Lorenz. Definição. Disponível em www.infopedia.pt (23/11/2012; 10H 39M).

²⁹ “representação gráfica que deriva da relação entre o rendimento e a população e que tem como objectivo a avaliação do grau de desigualdade em termos de repartição do rendimento de uma economia pelos seus indivíduos.” www.infopedia.pt (23/11/2012; 10H 39M).

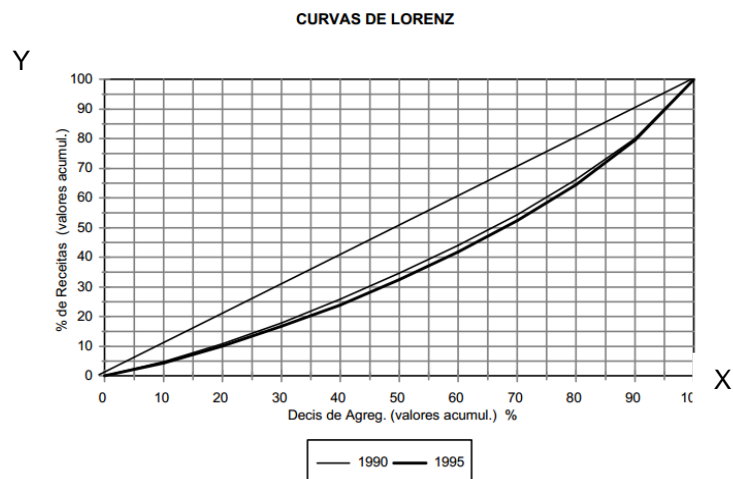


Gráfico 3 - Curva genérica de Lorenz²⁸

O coeficiente de Gini varia entre 0 e 1, onde 0 significa que estamos perante uma situação de máxima igualdade e 1 é a situação máxima de desigualdade.

Segundo o autor Rodolfo Hoffmann³⁰ (1991), professor da universidade estadual das Campinas, Brasil, o coeficiente de Gini é uma medida que permite medir melhor a desigualdade da distribuição de rendimento pois é afectado pelas diferentes variações ao longo da Curva de Lorenz.

➤ Coeficiente de variação

É uma medida estatística utilizada para comparar a variação de conjuntos de observações que diferem da média. É o desvio padrão expresso como percentagem média. Esta medida é comumente utilizada para calcular a distribuição do rendimento, ou seja, perceber a dispersão dos dados relativos à distribuição do rendimento face à sua média. Por exemplo, considere-se duas distribuições díspares, em que uma apresenta um valor médio de 20 e um desvio padrão de 2 e a outra apresenta um valor médio de 20 e um desvio padrão de 5. Os coeficientes de variação respetivos seriam:

Situação 1: $2/20 = 0,1$

Situação 2: $5/20 = 0,25$

³⁰ Hoffmann, R., 1991. O índice de desigualdade de Theil-Atkinson. R. De Econometria (Novembro).

Assim, podemos concluir que, na primeira situação, em média, os desvios relativamente à média atingem os 10% do valor desta distribuição. Na segunda situação, os desvios relativamente à média atingem, em média, 25% do valor desta distribuição. Concluimos assim, que a situação 2 apresenta uma maior desigualdade, pois os desvios relativamente à média são muito superiores aos 10% registados na primeira situação.

As percentagens calculadas mostram o peso do desvio padrão sobre a distribuição.

➤ Indicador S80/S20

Este indicador é calculado com base numa proporção do rendimento total recebido pelos 20% da população com maiores rendimentos e o rendimento auferido pelos 20% da população com menores rendimentos e tem como objectivo medir a desigualdade na distribuição do rendimento (Observatório das desigualdades - Estudos³¹). Com base no exemplo apresentado pelo observatório das desigualdades³¹, para Portugal, e através da análise do gráfico 5, conseguimos ver que: “Em 2010 o rendimento dos 20% mais ricos em Portugal (5º quintil) era 5,7 vezes superior ao dos 20% mais pobres (1º quintil)”.

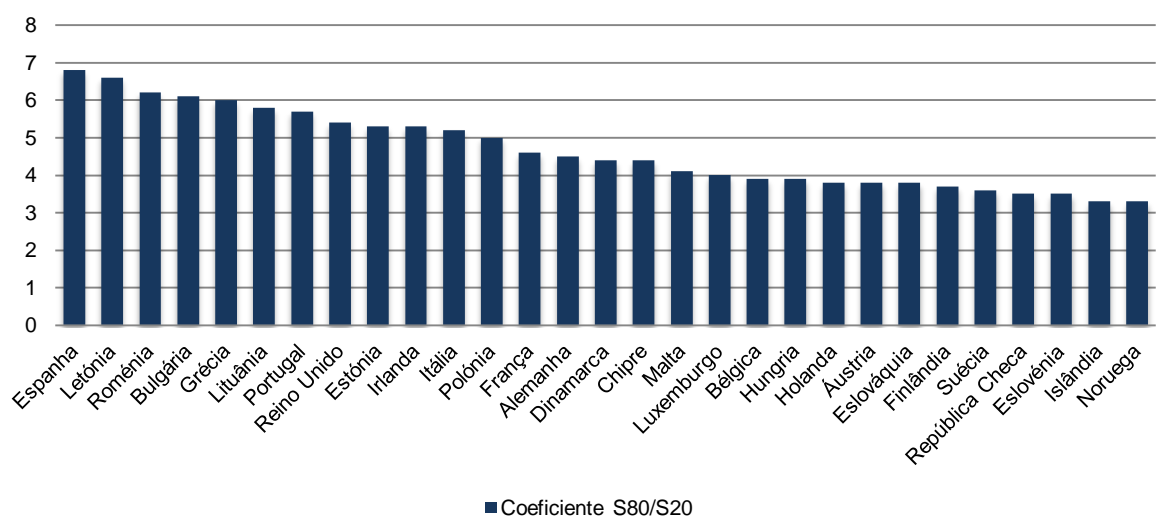


Gráfico 4 - Rácio entre o rendimento detido pelos 20% mais ricos face ao dos 20% mais pobres (S80/S20), nos países U2-27, Islândia e Noruega (2010)³¹

³¹ Desigualdade de rendimento (S80/S20): uma inversão de tendência em Portugal no ano de 2010, disponível em www.observatorio-das-desigualdades-cies.iscte.pt. (09/04/2013; 22H49M).

Com base na informação apresentada no gráfico 5, importa salientar que: por exemplo, Espanha é apontada, segundo este coeficiente, como o país que apresenta maior desigualdade da distribuição de rendimento, ou seja, o rendimento dos 20% mais ricos era, aproximadamente 6,8 vezes superior aos dos 20% mais pobres. No outro extremo, encontra-se a Noruega, onde o rendimento dos 20% mais ricos é “apenas”, aproximadamente 3,4 superior ao dos 20% mais pobres.

➤ Índice de Atkinson

Este índice foi construído por Anthony Barnes Atkinson (referência do artigo). O valor calculado através do índice de Atkinson dá-nos o montante que se poderia prescindir da riqueza total distribuída conseguindo obter o mesmo nível de bem-estar se distribuisse igualitariamente o restante. Quanto maior for o valor calculado através deste índice, maior é a desigualdade verificada num determinado país. No caso do valor calculado ser zero, significa que não conseguimos nenhuma distribuição mais equitativa do que a que já é feita, sem diminuir o bem-estar.

Ou seja, no caso do índice de Atkinson ser 20%, significa que podemos prescindir de 20% da riqueza total e obter o mesmo nível de bem-estar se distribuirmos igualitariamente os 80% restantes.

IV.2 – Euromod e as bases de dados de suporte

➤ Euromod

O Euromod é um modelo criado pela União Europeia, de microsimulação dos benefícios fiscais que permite aos analistas calcular, de forma comparativa, os efeitos dos impostos e benefícios no rendimento das famílias e os incentivos de trabalho da população de cada país da União Europeia.

Este modelo simula benefícios de obrigações e direitos para o rendimento da população dos estados membros. Fornece medidas dos impostos indirectos, contribuições sociais, entre outros, para que seja possível a comparação por todos os interessados.

➤ **EU-SILC³²**

EU-SILC (*EU Statistics on income & living conditions*) é uma base de dados realizada pelo instituto universitário europeu que compara informação entre países relativamente ao rendimento, pobreza, exclusão social e condições de vida.

A EU-SILC foi desenvolvida com o intuito de fornecer informação relativa aos indicadores estruturais de coesão social.

Dentro da informação por estes recolhida existem dois tipos consideravelmente diferentes:

1. Informação transversal relativa a um determinado período de tempo, com variáveis sobre a renda, a pobreza, a exclusão social e as condições de vida; e
2. Dados longitudinais relativos à evolução, ao longo do tempo, dos indivíduos pertencentes aos países da UE.

Toda a informação recolhida é analisada com base em critérios homogêneos, como por exemplo, a informação obtida relativamente ao trabalho, à educação e à saúde sendo apenas obtida para pessoas com idade igual ou superior a 16 anos.³²

➤ **The European Community Household Panel Survey (ECHP)**

O ECHP foi um *inquérito* coordenado pela Eurostat para o período compreendido entre 1994 e 2001 sobre o rendimento, o emprego, as estruturas familiares, a saúde, a educação, etc. O primeiro estudo realizado pelo ECHP incidiu sobre 65.000 famílias, 130.000 adultos com idades superiores a 16 anos e provenientes de doze estados membros. Assim, através da percepção ao longo do tempo da alteração em diversas circunstâncias tornou-se possível perceber/medir a persistência de rendimentos baixos e a pobreza em certos casos. Em 2001, este *survey* foi substituído pelo EU-SILC supra descrito.

³² EU-SILC. Disponível em, www.eui.eu. (16/02/2013; 14H 33M).

V – Austeridade vs igualdade

As medidas de austeridade não são homogéneas em todos os países. Nem todos os países adoptam o mesmo pacote de medidas, aumentando a importância de se perceber quais é que devem ser considerados para estudos específicos que pretendem avaliar o impacto da austeridade na equidade distributiva. Tanto a Grécia como em Portugal adoptaram um determinado conjunto de medidas com o objectivo de controlar o défice orçamental e consequentemente os níveis de endividamento. O período de referência no qual as medidas vão ser adoptadas deve também ser considerado, isto é, por vezes as medidas são transmitidas e introduzidas num ano apenas, e noutros casos, como no Reino Unido, as medidas são anunciadas algum tempo antes de serem implementadas³³.

Importa também referir que, a variação na desigualdade da distribuição de rendimento não depende apenas do conjunto de medidas de austeridade adoptadas, mas sim de diversos factores, como por exemplo, o sistema fiscal adoptado em cada país³⁴ ou os avanços tecnológicos e a globalização (factores apresentados pelos autores que irei referir mais adiante)³⁵.

As medidas de austeridade não são homogéneas num mesmo país. Em circunstâncias diferentes os mesmos países adotam medidas diferentes. Num mesmo contexto, como aquele que se vive agora, nem todos os países adoptam o mesmo pacote de medidas, pois para além dos objectivos que se pretendem atingir variarem de país para país, a realidade que os envolve é muitas vezes substancialmente diferente. É por isso fundamental, para se avaliar o impacto da austeridade na distribuição do rendimento, perceber

³³ Callan, T., et al. 2011. **The distributional effects of austerity measures: A comparison of six EU Countries**. Working paper no. EM6/11, EUROMOD.

³⁴ Bastagli, F.; Coady, D. & Gupta, S.. 2012. Income Inequality and Fiscal Policy. September 27. IMF Staff Discussion Note.

³⁵ Matsaganis M. & Leventi. C..(2011). **The distributional impact of the crisis in Greece**. Working paper No. 1124, Athens University of Economics and Business, Athens.

qual o tipo de medidas adoptadas, quais os seus objetivos, em que situações foram aplicadas e com que envolvente económica.

Assim, este capítulo, tem como objectivo conseguir sistematizar a informação existente acerca da ligação entre austeridade/recessão e equidade na distribuição do rendimento. Em cada estudo analisado procurarei identificar qual o indicador utilizado para medir o impacto na desigualdade da distribuição de rendimento, que medidas de austeridade foram consideradas para o caso concreto em estudo e perceber qual a relação que esse tipo de medidas teve na equidade da distribuição de rendimento.

Por exemplo, no caso da Grécia e de Portugal (situação que aparenta ser semelhante), foram adoptadas um determinado conjunto de medidas com o objectivo de controlar o défice orçamental e consequentemente os níveis de endividamento. Contudo, como iremos perceber mais adiante, o impacto destas medidas, segundo os autores estudados, foi muito diferente.

Procurarei também, evidenciar alguma literatura relevante para a desigualdade da distribuição de rendimento, não relacionada directamente com as medidas de austeridade, por forma a ser possível perceber que, as medidas de austeridade não são sempre consideradas como as grandes causadoras desta desigualdade. Entre outros, encontram-se factores como a globalização e os avanços tecnológicos.

Conforme iremos ver mais à frente segundo o estudo de Matsaganis, M. & Leventi, C., (2011) no caso da Grécia e Callan. T., et al (2011) no caso de Portugal, as medidas adoptadas nestes países tiveram impactos “contrários”. Na Grécia as medidas adoptadas contribuíram para a diminuição da desigualdade (pela análise do coeficiente de Gini) e em Portugal a situação verificada foi a de agravamento da desigualdade, ou seja, as medidas adoptadas não tiveram em conta a diferença entre as várias classes da população.

Segundo o estudo do autor Matsaganis, M. & Leventi, C., (2011) é importante distinguir entre medidas de austeridade e recessão. As medidas de austeridade são: “políticas introduzidas pelos Governos com o propósito

de reduzir o défice fiscal, ou nos termos de, ou no contexto do Memorando de Políticas Económicas e Financeiras negociado entre a Grécia FMI, Comissão Europeia e BCE (a troika) em Maio de 2010 (Memorando de Entendimento Sobre as Condicionalidades de Política Económica³⁶). A recessão, é o período de diminuição da actividade económica, que leva à necessidade de se adoptarem medidas restritivas³⁵. Assim, os autores ao longo do estudo foram analisando duas perspectivas diferentes: o impacto das medidas de austeridade adoptadas (introduzidas na primavera de 2010 no imposto sobre o rendimento, pagamentos do sector público e benefícios dos pensionistas) para reduzir o défice fiscal Grego e a grande recessão (através do cálculo do impacto distributivo no aumento elevado do desemprego).

A Grécia adoptou em Março de 2010 um primeiro pacote de medidas de austeridade para fazer fase ao período recessivo que enfrentava desde, aproximadamente, 2008. Dentro deste primeiro pacote encontravam-se medidas como: redução nos pagamentos do sector público e nos benefícios dos pensionistas, aumento da taxa superior de imposto sobre rendimento e introdução de medidas para combater a evasão fiscal; Em Abril do mesmo ano realizou uma reforma fiscal. No entanto, a ineficácia destes mecanismos obrigou à necessidade de recorrer a ajuda externa, tendo sido assinado um memorando de entendimento de políticas económicas e fiscais entre o governo Grego e a troika para os três anos seguintes, para se conseguir a redução do défice público.

Este estudo (Matsaganis, M. & Leventi, C. 2011) procurou responder à questão, quais os efeitos do pacote de medidas de austeridade de 2010 e a grande recessão que a Grécia vive desde 2008 na distribuição de rendimento? Para tal, os autores utilizaram informação com base no coeficiente de Gini, no coeficiente de variação e no rácio S80/S20, comparando os valores obtidos em 2009 e em 2010.

³⁶ [Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica. Disponível em, www.portugal.gov.pt](http://www.portugal.gov.pt) (02/02/2013 13H32M).

Através da análise da tabela 2 podemos ver que a Grécia em 2009 apresentou um coeficiente de Gini de 0,349, superior em 0,001 pontos percentuais³⁷ ao registado em 2013. Este resultado aponta para uma diminuição da desigualdade.

	2009	2010	Diferença (%)
Coeficiente de Gini	0,349	0,348	-0,286
Coeficiente de Variação	0,800	0,784	-2,00
S80/S20	6,109	6,147	+0,63

Tabela 2 - Coeficiente de Gini, Coeficiente de Variação, S80/S20³⁸

Pelo facto do estudo ter sido realizado em 2011, não foi considerada, pelos autores, informação mais recente. No entanto, com base em informação do Pordata³⁹, conseguimos observar que o valor registado, para a Grécia, em 2011 para o coeficiente de Gini, foi de 0,33 sendo possível concluir que a desigualdade diminuiu nos últimos três anos analisados.

Pelo coeficiente de variação, apresentado na tabela 2 podemos ver que a desigualdade diminuiu (cerca de 0,016 pontos percentuais), pois o rendimento passou a estar menos disperso em 2010. Contudo, realizando a mesma análise, mas através do rácio S80/S20 a conclusão retirada é diferente, pois comparando os 20% mais ricos com os 20% mais pobres da população, a parcela de rendimento dos mais ricos aumentou 0,038 pontos percentuais de 2009 para 2010. Sendo assim, pela análise deste rácio a desigualdade aumentou neste período.

Contudo, ainda com base na informação disponibilizada pelo Pordata, o valor calculado pelo rácio S80/S20 em 2011 foi de 6. Podemos assim concluir que de 2009 para 2011, apesar do aumento da desigualdade

³⁷ $(0,001/0,349) \times 100 = 0,29$

³⁸ Euromod Version F4.0. (Matsaganis, M. & Leventi, C., 2011, "the distributional impact of the crisis in Greece").

³⁹ www.pordata.com

verificado de 2009 para 2010, em 2011 verificou-se uma diminuição da desigualdade de 2010 para 2011.

Segundo estes três índices, há uma tendência de diminuição da desigualdade.

Segundo um estudo elaborado pelo FMI “Income Inequality and Fiscal Policy”⁴⁰, escrito por Francesca Bastagli, David Coady e Sanjeev Gupta (2012), é importante ressaltar o impacto das políticas fiscais e dos gastos públicos na desigualdade da distribuição de rendimento (estudo realizado com base no coeficiente de Gini (anexo 4)).

Segundo os autores, a desigualdade na distribuição de rendimento tem vindo a aumentar nos países mais desenvolvidos nas últimas décadas, fenómeno este que é explicado pelas diferenças nos níveis de progressividade dos impostos e das políticas fiscais bem como, pelas políticas de gastos que cada país adopta. Ou seja, os autores defendem que as políticas introduzidas pelos países mais desenvolvidos não têm em consideração aspectos relacionados com a desigualdade na distribuição do rendimento, quer rendimento proveniente do trabalho, quer rendimento proveniente de benefícios e apoios do Estado.

Os autores defendem que, nas economias avançadas, as políticas fiscais adoptadas tiveram um papel importante na redução da desigualdade da distribuição de rendimento, principalmente no lado dos gastos. Ou seja, o aumento da desigualdade não pode ser atribuído apenas às recessões ou às medidas de austeridade mas também a outras políticas fiscais. É então importante notar que a variação do coeficiente de Gini observada ao longo de um período de tempo caracterizado por recessão e austeridade, pode ter causas diversas e não apenas o contexto recessivo descrito.

No entanto, autores como Matsaganis, M. & Leventi, C. (2011), defendem que estas variações do coeficiente de Gini ao longo de períodos recessivos acrescidos de medidas de austeridade profundas, estão associadas à adopção deste tipo de medidas.

⁴⁰ Bastagli, F.; Coady, D. & Gupta, S.. 2012. Income Inequality and Fiscal Policy. September 27. IMF Staff Discussion Note.

Segundo os autores Francesca Bastagli, David Coady e Sanjeev Gupta (2012), a partir de meados dos anos 90, a contribuição dos aumentos verificados nos benefícios sociais e do aumento da progressividade do sistema fiscal nos países desenvolvidos no que diz respeito à atenuação da desigualdade.

Como podemos ver pelo gráfico 6 (as tendências do coeficiente de Gini entre 1980 e 2010 para as economias avançadas, economias emergentes, Médio Oriente e Norte de África, Ásia e Pacífico, América Latina e Caraíbas e África Subsaariana) a América Latina e a África Subsaariana são as regiões cuja distribuição de rendimento (rendimento proveniente do mercado de trabalho menos impostos directos mais transferências de dinheiro, para efeitos deste estudo) é mais desigual, aumentando o coeficiente de Gini todos os anos em 0,45.

Contrariamente, a Europa emergente e os países desenvolvidos apresentaram coeficientes de Gini mais perto de zero (0,33, o que equivale a uma diferença de 0,12 pontos percentuais), ou seja, a distribuição de rendimento é feita de forma mais equitativa.

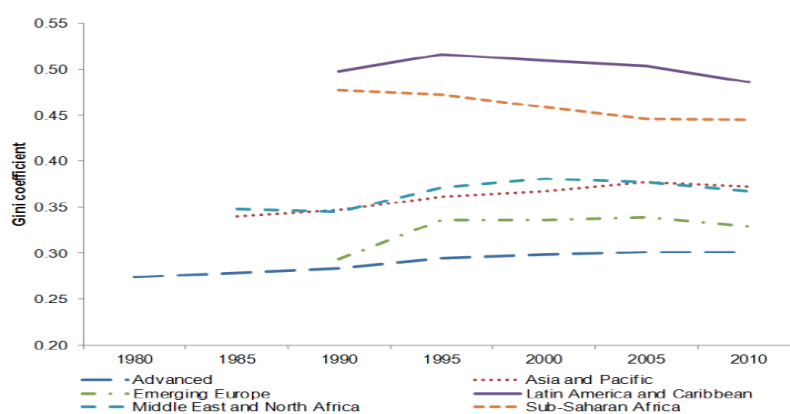


Gráfico 5 - Coeficiente de Gini entre 1980 e 2010⁴¹

Este estudo baseou-se também em dois rácios, coeficiente de Gini e indicador S80/S20, para perceber a desigualdade verificada nos extremos da

⁴¹ Bastagli, F.; Coady, D. & Gupta, S.. 2012. Income Inequality and Fiscal Policy. September 27. IMF Staff Discussion Note.

distribuição, mas as conclusões foram semelhantes às (aumento da desigualdade nos países onde existiu, provocado pelo período recessivo que os países enfrentam, a necessidade de se adoptar medidas de austeridade) já referidas.

Actualmente, ainda de acordo com estes autores, a preocupação no que concerne à desigualdade de distribuição de rendimento entre os diferentes grupos da população tem vindo a aumentar, pois, tem vindo a verificar-se que a percentagem de rendimento atribuída aos grupos mais ricos da população tem sido superior aumentando, conseqüentemente, a discrepância entre as diferentes classes. Esta situação verifica-se principalmente nas *advanced economies english-speaking*, China e Índia, o que, poderá ter a ver com os sistemas fiscais implementados não procurarem a eficiência em termos equitativos. Um dos exemplos apresentados ainda por este estudo é referente ao caso dos EUA, onde a percentagem de rendimento direccionada para os 10% mais ricos da população era de 30% em 1980 e 48% em 2008.

Podemos verificar a situação contrária no caso da Irlanda, cuja situação macroeconómica é extremamente recessiva (apresentando uma dívida pública de -131% do PIB em 2011⁴²). O estudo aponta para dois momentos diferentes do impacto da crise na desigualdade da distribuição de rendimento: numa fase inicial, provocado pela diminuição do rendimento nas classes superiores da população, devido ao aumento dos impostos, a desigualdade diminuiu significativamente. No entanto, na segunda fase (período recessivo mais intenso) a desigualdade começou a aumentar, tendo o coeficiente de Gini registado um acréscimo de cerca de 2% até ao fim de 2010.

Podemos assim retirar que, para esta análise ser mais concreta e fidedigna é importante avaliar a variação da desigualdade da distribuição de rendimento sem a adopção de medidas comparando posteriormente com a adopção do mesmo conjunto de medidas. Contudo, este exercício só é

⁴² Dívida pública Irlanda. Disponível em www.epp.eurostat.ec.europa.eu (16/05/2013 21H29M).

possível quando se consegue obter dados comparativos de períodos anteriores aos períodos recessivos.

No mesmo estudo podemos ver, pela análise do gráfico 7, que na Letónia, Lituânia, Estónia, Grécia e Islândia, o coeficiente de Gini aumentou, ou seja, a desigualdade tornou-se mais acentuada, contrariamente ao verificado em França, Espanha, Portugal e Holanda.

Importa salientar o caso da Grécia, que de acordo com o estudo realizado por Matsaganis e Levanti (2011) viu a sua desigualdade tornar-se menos acentuada.

Podemos então salientar que as diferenças entre as diferentes fontes de informação estão associadas aos diferentes pressupostos analisados por cada um.

Para melhor se perceber o impacto dos períodos recessivos na desigualdade da distribuição do rendimento, os autores (Bastagli, F.; Coady, D. & Gupta, S., 2012) procuraram perceber a variação na igualdade/desigualdade provocada pela adopção de políticas fiscais nos países em análise.

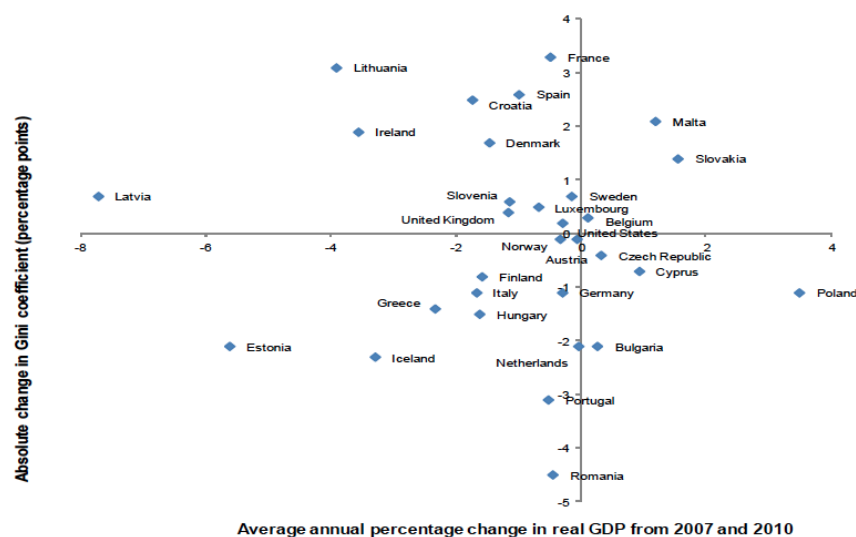


Gráfico 643 – Alterações no coeficiente de Gini entre 2007 e 2010.

⁴³ Bastagli, F.; Coady, D. & Gupta, S., 2012. **Income Inequality and Fiscal Policy**. September 27. IMF Staff Discussion Note.

Assim, tentaram perceber o impacto das políticas fiscais na desigualdade da distribuição de rendimento, dividindo a sua análise por países desenvolvidos e países em vias de desenvolvimento.

Entre os anos 1985 e 2005 as políticas fiscais adoptadas, aumento dos impostos directos sobre o rendimento e das transferências, em 25 países da OCDE contribuíram para o decréscimo do coeficiente de Gini em cerca de um terço. É referido ainda que o impacto das políticas fiscais é superior nos países com maior desigualdade de rendimento.

Segundo os autores, para os países desenvolvidos um dos desafios da adopção de políticas fiscais advém da necessidade do equilíbrio entre os objectivos directos e a eficiência na redistribuição do rendimento.

De acordo com estudo realizado por Herwig Immervoll⁴⁴ (2009) e no que diz respeito aos países em vias de desenvolvimento, o impacto redistributivo é severamente restringido por baixos níveis gerais, tanto de impostos como de transferências.

Nos países em vias de desenvolvimento, principalmente na Ásia e Pacífico e na África subsaariana, a média de gastos públicos por pessoa é inferior à média dos gastos públicos nos países desenvolvidos, bem como o impacto das políticas fiscais na redistribuição de rendimento é inferior, tornando passível de ser explicado grande parte da diferença entre os países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, no que diz respeito ao rendimento distribuído.

O autor, Herwig Immervoll, refere também uma curiosidade no que diz respeito aos gastos públicos, que passa pelo facto de nem sempre estes serem regressivos nas economias desenvolvidas. De acordo com os autores, os gastos públicos são calculados de forma a estarem alocados aos diferentes serviços públicos, como a educação e a saúde, tendendo a contribuir para a

⁴⁴ Immervoll, H.. (2009). **Minimum - Income Benefits in OCDE Countries: Policy Design, Effectiveness and challenges**. Discussion paper no. 4627. OCDE, ISER, University of Essex, European Centre Vienna, Natsem and IZA.

diminuição da desigualdade, pelo facto de permitirem o acesso a esses serviços às classes mais desfavorecidas

Foi ainda analisado pelos mesmos autores a consolidação fiscal (medida de política orçamental contraccionista), que, segundo estes, contribui para a desigualdade da distribuição de rendimento de duas formas: em primeiro lugar, reduz o produto e aumenta o desemprego no curto prazo; em segundo lugar a própria composição fiscal e a despesa pública podem também ser afectados pela consolidação fiscal. Logo, esta é mais uma medida restritiva que contribui para a variação da equidade na distribuição de rendimento de forma negativa.

A tendência da desigualdade na distribuição de rendimento perante ajustamentos fiscais será a de se agravar, no caso destes se realizarem através do aumento de impostos ou de cortes progressivos na despesa pelo impacto que têm nas classes com menores possibilidades. Mais uma vez, os autores procuraram diferenciar o impacto da adopção de medidas de austeridade na distribuição de rendimento comprando as economias avançadas com o verificado nos países em vias de desenvolvimento.

As causas da desigualdade na distribuição de rendimento estão associadas a um conjunto variado de factores. Desde os impactos ao nível fiscal, que por sua vez têm consequências no desemprego, nos diferentes acessos a serviços públicos, como saúde e educação, até a questões de gestão ineficiente dos recursos por parte dos Governos e nem sempre apenas à adopção de medidas restritivas. Quer isto dizer, que, nem sempre os sistemas fiscais e de gestão de gastos públicos, como os que se encontram alocados aos serviços públicos, estão desenhados por forma a diminuir a desigualdade e beneficiar os indivíduos com menos possibilidades.

De acordo com o estudo **“Minimum - Income Benefits in OCDE Countries: Policy Design, Effectiveness and challenges”** (2009) é feita referência, ao conjunto de medidas adoptadas durante os ajustamentos fiscais, em períodos macroeconómicos recessivos, salientando que estas têm também tido um forte impacto na desigualdade da distribuição de rendimento, pelo facto de

estarem associados a cortes significativos na despesa pública. Como referido anteriormente, sendo grande parte dos gastos públicos alocados aos serviços públicos (que teriam como objectivo contribuir para o apoio dos mais necessitados), o corte que advém da necessidade de reduzir esta despesa adoptando um conjunto diverso de medidas de austeridade tem impactos directos nos níveis de equidade da distribuição de rendimento. Por exemplo, a diminuição do subsídio de desemprego, dos abonos de família ou mesmo a qualidade dos serviços públicos prestados.

Por fim, ainda nas economias desenvolvidas, os autores defendem que se forem adoptadas diversas medidas para combater a evasão fiscal, como por exemplo a aplicação de impostos progressivos, o impacto na distribuição equitativa do rendimento será muito positiva. As políticas fiscais adoptadas tiveram um papel importante na redução da desigualdade para países como, Portugal, França, Espanha e Holanda

Segundo um estudo realizado pela Comissão Europeia (2011) a seis Estados Membros (Estónia, Irlanda, Grécia, Espanha, Portugal e Reino Unido)), é defendido que as medidas adoptadas em Portugal tiveram um impacto negativo, contribuindo assim para o aumento da desigualdade.

Para que as políticas fiscais adoptadas pelas economias em vias de desenvolvimento tenham um impacto positivo na distribuição de rendimento, é necessário que a mobilização de recursos, bem como a adopção de impostos progressivos e os cortes na despesa pública sejam reforçados.

A evasão fiscal é apontada como uma das causas que levam à necessidade de adoptar medidas de austeridade e ao consequente aumento da desigualdade. Assim, relevam a importância de dar prioridade à adopção de medidas que contribuam para a redução da evasão fiscal que por si só aumentam a desproporcionalidade entre os vários escalões da população.

Segundo este estudo da CE (2011) e usando os EU *microsimulation model* e do *Irish national model* tornou-se perceptível que as medidas de austeridade estão a ter efeitos concretos na distribuição de rendimento dos países estudados

As políticas introduzidas variaram de país para país, pois tinham objectivos diferentes em termos de consolidação fiscal, como por exemplo, no caso de Portugal, da Grécia, Irlanda, entre outros, o motivo pelo qual foram adoptadas medidas de austeridade foi o de que era necessário combater o défice

As medidas analisadas pelos autores, foram, de uma forma geral, aumentos nos impostos sobre o rendimento das famílias, cortes na despesa pública e diminuição dos benefícios à população.

Cumpre salientar que, assim como referi no capítulo III, Callan. T., et al (2011)⁴⁵., alertam para a necessidade de identificar o período temporal no qual a adopção das medidas de austeridade foi realizada, bem como distinguir/identificar as medidas de austeridade. Alertam também para a necessidade de considerar os pressupostos que levaram à adopção de medidas de austeridade, ou seja, a situação envolvente de cada país.

Os autores (Callan. T., et al) apontam a Grécia como um exemplo extremo, ou seja, a adopção de medidas de austeridade veio contribuir, de forma positiva, para a diminuição da desigualdade, na medida em que as classes menos prejudicadas foram as classes inferiores. Assim, as medidas de austeridade adoptadas tiveram um impacto muito reduzido no que diz respeito às classes inferiores. No outro extremo, os autores apontam Portugal, cujo impacto das medidas foi superior nas classes inferiores quando comparado com as classes superiores. Esta situação deveu-se à não distinção entre classes das medidas a adoptar, ou seja, o Governo Português não teve a preocupação de adoptar medidas que contribuíssem para a redução do impacto destas na desigualdade.

Este estudo aponta também para uma medida, que até agora não tinha sido referida pelos autores, relacionada com o aumento dos impostos indirectos. Este tipo de impostos, sobre o consumo, têm impacto pela forma como aumentam os preços dos bens, diminuindo o poder de compra de todas

⁴⁵ Callan.T., et all. 2011. **The distributional effects of austerity measures: A comparison of six EU Countries**. Working paper no. EM6/11, EUROMOD.

as classes. No entanto, as classes inferiores são as mais prejudicadas na medida em que lhes é dificultado o acesso a determinados bens essenciais.

Na Grécia, por exemplo, o aumento verificado em 2010 foi de 21% para 23% na taxa superior, bem como de 10% para 11% nos produtos alimentares.

Em Portugal o IVA sofreu um aumento também de 21% para 23% na taxa superior, em Julho de 2010, bem como o aumento da taxa mínima e média de um ponto percentual, para 6% e 13%

As medidas adoptadas pelos diferentes países e consideradas para efeitos deste estudo, apresentam-se em baixo (bem como, de forma mais detalhada, no anexo 1):

Houve um aumento da taxa de IVA, na Estónia, na Grécia, em Espanha, em Portugal e no Reino Unido;

Verificaram-se cortes ao nível dos gastos públicos nos seis países estudados, à excepção do Reino Unido. Como já referi, estes cortes, têm um forte impacto ao nível das classes inferiores pois é-lhes reduzido o acesso a serviços de saúde e de educação.

No que diz respeito aos impostos sobre o rendimento, verificaram-se alterações em todos os países. Em Portugal aumentaram-se as taxas de imposto sobre o rendimento, alterando-se também os escalões; na Estónia foram reduzidas as deduções ao imposto sobre o rendimento; na Irlanda foi introduzido um novo imposto sobre o rendimento dos indivíduos e na Grécia verificou-se também o aumento das taxas dos escalões mais elevados de IRS.

Os autores, numa tentativa de melhor medirem o impacto das medidas de austeridade descritas, começaram por perceber o tamanho e composição das mudanças nos benefícios monetários, nas taxas sobre o rendimento e nas contribuições pagas pelos trabalhadores, nos cortes na despesa pública. (para efeitos desta análise, não foram considerados os aumentos nos impostos indirectos devido à falta de informação). Para este fim utilizaram o modelo do Euromod O tamanho e composição dos pacotes de medidas de austeridade variam de país para país como podemos ver pelo gráfico 8.

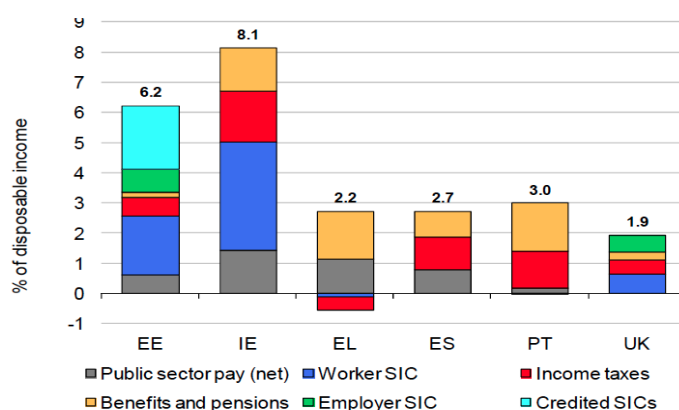


Gráfico 7 – Peso, em %, de cada uma das medidas de austeridade nos diferentes países⁴⁶.

Pela análise do gráfico 8, podemos ver que nem todas as medidas analisadas são adoptadas em todos os países. Por exemplo, em Portugal e em Espanha, apenas foram consideradas medidas relacionadas com os benefícios e pensões, variações nos impostos sobre o rendimento e cortes nos pagamentos do sector público. É também possível ver que as mesmas medidas mas em países diferentes apresentam impactos diferentes.

Assim importa ter em conta, aquando da análise do impacto e da comparação entre países, que nem todos adoptam o mesmo tipo de medidas, nem o impacto é semelhante, o que aumenta a importância de saber a composição do pacote de medidas considerado por cada país para melhor se poder verificar se a variação nas políticas fiscais contribuem, ou não para a diminuição da desigualdade entre países.

Ainda pela análise do gráfico 8, o impacto das medidas em percentagem do rendimento disponível foi de aproximadamente 2% no Reino Unido (num extremo) e de 8% na Irlanda.

Através do gráfico 9, podemos observar que a redução do rendimento relativamente às medidas de austeridade é relativamente “plano” (flat) em Espanha e na Estónia (cada grupo paga, aproximadamente) a mesma proporção de rendimento), não havendo assim uma diferenciação significativa de escalão para escalão.

⁴⁶ Callan, T., et al. 2011. **The distributional effects of austerity measures: A comparison of six EU Countries**. Working paper no. EM6/11, EUROMOD.

Em Inglaterra, este efeito é também relativamente uniforme até ao 9º grupo. No entanto, no grupo considerado “o mais rico” essa distribuição deixa de ser uniforme, querendo isto dizer que este grupo é, comparativamente com os restantes, bastante mais prejudicado aquando da adopção de medidas de austeridade.

Portugal é o único país, dos seis considerados neste estudo realizado pela Comissão Europeia (2011), com uma distribuição de rendimento claramente regressiva, com perdas percentuais consideravelmente maiores no primeiro e segundo grupo comparativamente com os restantes.

A Irlanda é o caso extremo no qual o grupo superior é claramente menos prejudicado do que as restantes classes. Como podemos ver pelo gráfico 9, a alteração provocada pelas medidas de austeridade nos 10% mais ricos da Irlanda é -12%.

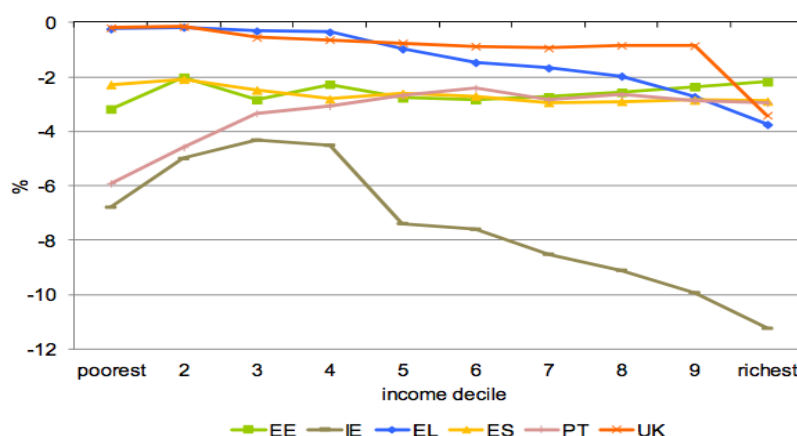


Gráfico 8 - Impacto, em percentagem, provocado pelas medidas de austeridade na distribuição de rendimento.⁴⁷

Este estudo realça a importância de se analisar o impacto das medidas de austeridade na desigualdade da distribuição de rendimento, não só pela desigualdade em si, mas também para se perceber as implicações do período recessivo em termos da recuperação macroeconómica, estabilidade financeira e também em termos políticos.

Os autores do estudo CE (2011) concluem portanto, que o impacto das medidas de austeridade é regressivo na maioria dos países estudados, excepto

⁴⁷ Callan.T., et all. 2011. **The distributional effects of austerity measures: A comparison of six EU Countries.** Working paper no. EM6/11, EUROMOD.

na Grécia, cujo impacto é claramente progressivo. Ou seja, na Grécia, os segmentos mais prejudicados foram os indivíduos que ocupam a classe considerada “superior” pelos rendimentos que auferem, sendo que os segmentos inferiores foram dispensados de contribuir até um certo ponto.

Em Portugal, o impacto das medidas é claramente regressivo, ou seja, em proporção, os grupos inferiores pagam mais do que as classes superiores.

Assim, as conclusões deste trabalho parecem contraditórias com as referidas pelos autores do artigo Bastagli, F.; Coady, D. & Gupta, S.. (2012), que consideram que Portugal foi dos países cuja adopção de medidas de austeridade teve menor impacto em termos da desigualdade da distribuição de rendimento.

Em cinco dos seis países analisados, no estudo *The distributional effects of austerity measures: A comparison of six EU Countries*, em geral, o impacto da crise é inferior na população mais idosa do que no geral. Na Grécia, apesar de ser considerado o país com menor impacto das medidas na desigualdade da distribuição de rendimento, esta situação não se verificou no caso da população mais idosa, pois este segmento não foi protegido contra os efeitos da crise e tendo sofrido cortes substanciais no seu rendimento no período posterior a 2008. A mesma situação é verificada no caso de famílias com filhos, ou seja, em cinco dos seis países, excepto a Grécia, o impacto das medidas têm efeitos superiores nas famílias com mais do que um elemento no agregado familiar, pelos cortes na despesa pública, como por exemplo, nos abonos de família, do que nas famílias constituídas por um único indivíduo.

Assim, mais uma vez, parece haver evidência de que não existe uma relação linear entre a adopção de medidas de austeridade e o impacto na desigualdade de distribuição de rendimento, variando de país para país, do tipo de situação que estes enfrentam e também do tipo de medidas de austeridade adoptadas.

Mais uma vez parece, após a análise de mais um estudo, não ser possível retirar uma conclusões perentórias relativamente à relação entre a adopção de medidas de austeridade por países que enfrentam/enfrentaram

períodos recessivos e a variação na desigualdade da distribuição de rendimento.

Como foi possível verificar os autores sugerem conclusões diferentes para os países estudados, sendo possível retirar que, de estudo para estudo as conclusões retiradas diferem mesmo quando se trata da análise do mesmo país.

A razão por de trás desta conclusão está associada ao facto de que as medidas de austeridade adoptadas variam de país para país e muitas vezes dentro do mesmo país variarem de momento para momento.

O estudo “Modelling the distributional effects of austerity measures” (2010)⁴⁸, procurou, à semelhança do estudo Comissão Europeia (2011), perceber o impacto das medidas de austeridade adoptadas para fazer face ao período recessivo que abalou grande parte das economias na distribuição de rendimento, em quatro países: Estónia, Grécia, Espanha e Reino Unido.

Importa referir que a análise realizada para a Estónia, Grécia e Espanha foi realizada com base no EU *microsimulation model* Euromod. No entanto, no caso do Reino Unido, pela falta de informação nesta base de dados, foram utilizados outros estudos fiscais realizados recentemente sobre esta temática.

As medidas de austeridade analisadas pelos autores nestes quatro países foram, principalmente medidas relacionadas com os aumentos dos impostos sobre o rendimento, bem como, cortes nos gastos públicos. Os autores procuraram, para além de tentar perceber o impacto da adopção destas medidas em termos da desigualdade da distribuição de rendimento, perceber também o seu impacto ao nível da pobreza. Ou seja, qual o risco de aumento da pobreza nestes países aquando da adopção destas medidas.

Neste estudo foram consideradas as medidas de austeridade como políticas fiscais por si só, não sendo retirados aspectos da crise económica, como por exemplo o desemprego.

⁴⁸ Leventi. C., et all.. 2010. **Modelling the distributional effects of austerity measures: The challenges of a comparative perspective**. Research note 8/2010, ISER University of Essex, UK.

Conforme foi referido nos estudos já analisados, bem como no capítulo três desta dissertação, volta-se a referir a importância de identificar o tipo de medidas adoptadas e qual o objectivo da implementação das mesmas, bem como o período temporal e os possíveis cenários que envolvem os diferentes países estudados.

O estudo, para além do EU *microsimulation model* Euromod, utilizou a base de dados EU-SILC.

A situação verificada na Estónia em 2008 foi relativamente diferente da que se verificou nos restantes países. Na Estónia, o Governo demorou a aperceber-se da gravidade da crise que abalava a economia, adoptando medidas benéficas à população em 2008, como por exemplo, aumento dos benefícios fiscais, maior generosidade nos impostos, aumento dos abonos de família para o equivalente ao salário das mães.

Em 2009, esta situação inverteu-se. Com o objectivo de combater o défice, foram adoptadas um conjunto de medidas de austeridade para aumentar o valor da receita e diminuir a despesa pública.

Estas medidas traduziram-se em aumentos das contribuições para a segurança social, aumento dos impostos indirectos, diminuição dos salários e dos investimentos realizados ao nível do sector público e cortes nos gastos públicos.

Na Estónia as medidas⁴⁹ passaram por, aumento dos impostos directos e contribuições para o Estado por parte dos indivíduos, o estreitamento dos benefícios fiscais às famílias com filhos, abolição de deduções fiscais para algumas despesas.

Na Grécia, realizaram-se também aumento dos impostos directos e das contribuições para a segurança social, como por exemplo, em 2009, foi introduzida uma taxa de 1% para rendimentos pessoais superiores a 100.000€; Verificou-se também um aumento ao nível dos impostos indirectos mais concretamente do IVA. O imposto sobre o tabaco, álcool e gasolina aumentaram 30%; Foram reduzidos os benefícios aos indivíduos, como o

⁴⁹ As medidas detalhadas podem ser consultadas no anexo 3

corte do subsídio de férias e subsídio de natal. Contudo, os trabalhadores que recebessem entre 1.000€ e 3.000€, continuariam a receber a montante inferior de subsídio de férias. Ou seja, esta medida teve como objectivo reduzir o impacto da recessão económica nas classes mais desfavorecidas.

Em Espanha as medidas adoptadas são relativamente semelhantes às adoptadas nos países anteriormente referidos (aumento dos impostos directos e das contribuições e diminuição dos benefícios e do crédito de imposto).

No Reino Unido, as medidas passaram também pelo aumento dos impostos directos e das contribuições para a segurança social, aumento dos impostos indirectos (taxa de IVA de 15% para 20%), aumentos nos benefícios e créditos de imposto (abono de família). No caso do Reino Unido foram adoptadas algumas medidas não relacionadas com impostos directamente, como a eliminação de algumas medidas estimulantes da economia para o exercício fiscal 2010-2011 denominadas por *stimulus measures*.

No caso da Espanha, apesar das medidas adoptadas serem semelhantes às dos restantes países, o período recessivo era relativamente menos preocupante.

No Reino Unido foram estudadas pelos autores três tipos de mudanças:

- I) As medidas anunciadas pelo anterior Governo para serem introduzidas após 2010 e até ao exercício fiscal de 2014-2015.
- II) As medidas anunciadas em Junho de 2010 pelo Orçamento de emergência do novo governo de coligação.
- III) As medidas anunciadas em Outubro de 2010, com o objectivo de se realizar uma revisão nos gastos públicos a ser implementada entre 2014 e 2015.

Apesar de serem três tipos de medidas diferentes, os autores, no âmbito deste estudo consideraram todas elas como um conjunto.

O estudo foi realizado com base em cinco diferentes perspectivas:

- I) **Pobreza:** procuraram perceber o impacto das medidas de austeridade nos níveis de pobreza, através do Euromod na

Grécia, Estónia e Espanha. Como podemos ver na tabela 3 as taxas de pobreza, nos períodos anterior e o posterior à crise aumentaram nos três países.

(Valores em %)	Estónia	Grécia	Espanha
Anterior ao período recessivo	16,6	20,4	18,3
Posterior ao período recessivo	18	23,1	18,5
Variação	8	13	1

Tabela 3 - Efeito das medidas de austeridade nas taxas de pobreza.⁴⁸

- II) **Desigualdade:** Com base na tabela 4, é possível verificar que a desigualdade apresenta comportamentos diversos nos três países analisados. Em Espanha e na Estónia, com base no coeficiente de Gini, o aumento da desigualdade foi muito reduzido.

(Valores em %)	Estónia	Grécia	Espanha
Coeficiente de Gini			
Antes	0,317	0,353	0,29
Depois	0,319	0,347	0,291

Tabela 4 - Impacto das medidas de austeridades em índices de desigualdade seleccionados.⁴⁸

- III) *Relative Income Share*: Os autores procuraram perceber qual o impacto da adopção de medidas das medidas na variação da % de rendimento por decil da população. Nos três países, Portugal, Grécia e Estónia, todos os grupos da população foram afectados. No entanto, a situação verificada na Grécia foi a de beneficiar os grupos com rendimentos inferiores (do primeiro ao oitavo decil) enquanto nos restantes 20% a situação verificada é a contrária.

Como podemos ver no gráfico 10 na Grécia o decil superior da população sofreu uma variação superior a -0,5% no seu rendimento. Em Espanha a variação nos decis superiores foi praticamente inexistente; No entanto, na Estónia, estes sofreram uma variação positiva de, aproximadamente, 0,1%.

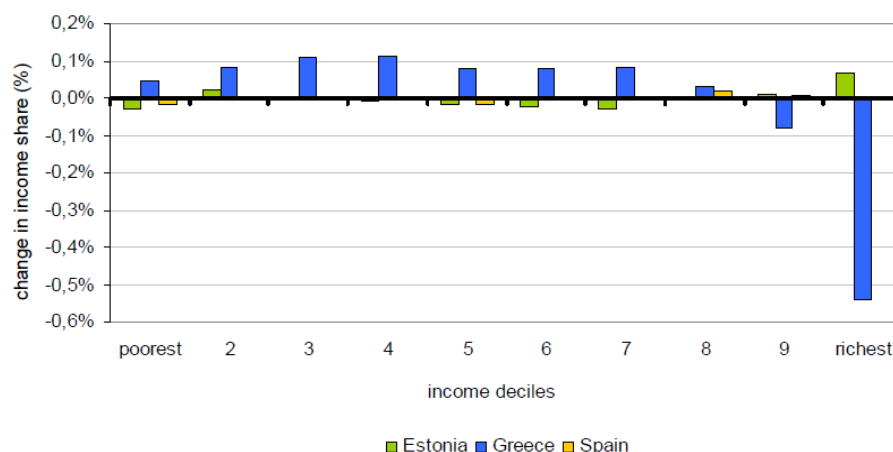


Gráfico 9 - Variação na percentagem de rendimento relativo por decil da população⁴⁸.

- IV) Contribuição relativa para a consolidação fiscal: Os autores procuraram perceber como é que o peso da austeridade foi repartido pelos diferentes grupos da população.
- V) Por fim, procuraram perceber o impacto das medidas de austeridade em termos absolutos (em euros), bem como em termos relativos (em % do rendimento disponível).

As conclusões retiradas pelos autores foi a de que o impacto das medidas de austeridade parece ser menor do que o expectável na medida em que, as políticas adoptadas pelos diferentes países tendem a ser pensadas para esse efeito, procurando minimizar o impacto nas classes com rendimentos inferiores, compensando através de um maior impacto nas classes com rendimentos superiores.

Assim, contrariamente ao esperado, na Grécia, visto que a desigualdade não registou aumentos, no caso da pobreza esta tende a aumentar.; os grupos com rendimentos superiores contribuem relativamente mais para a consolidação fiscal; e por fim, em termos relativos, as classes inferiores da população sofrem uma maior perda.

Apesar do aumento da desigualdade a partir de 2008 estar associado à adopção das medidas de austeridade necessárias para fazer frente ao período recessivo que muitos países enfrentam, segundo alguns autores este factor não é o único a contribuir para o aumento da inequidade.

De acordo com um estudo da OCDE (2011)⁵⁰ o aumento da desigualdade na distribuição de rendimento, no período anterior a 2008, estava associado a factores como a globalização e a inovação tecnológica. Assim, há uma tentativa de perceber qual a variação desta variável nos países da OCDE (ver anexo 5).

Nos anos que antecederam o período recessivo que muitas economias mundiais passaram a enfrentar a partir de 2008, o rendimento real disponível das famílias aumentou em média 1,7% por ano nos países da OCDE.

O coeficiente de Gini nos países analisados pelos autores, a meio dos anos 80, situou-se em 0,29. Até 2000 verificou-se um aumento de aproximadamente 10%, atingindo o coeficiente de Gini um valor de 0,316.

Quanto mais próximo de zero estiver o coeficiente de Gini, como já referi anteriormente, maior será a igualdade na distribuição de rendimento, ou seja nas últimas duas décadas a desigualdade registou um aumento significativo.

Como podemos ver pela tabela nº da tabela apresentada, o coeficiente aumentou em 17 dos 27 países da OCDE analisadas, sendo que a Finlândia, a Alemanha, Israel, o Luxemburgo, a Nova Zelândia, a Suécia e os Estados Unidos aumentaram este coeficiente em quatro pontos percentuais.

⁵⁰ OCDE. 2011. An Overview of Growing Income Inequalities in OECD Countries: Main Findings. 2011.

Mudança média anual (%)

	População Total	Decil inferior	Decil superior
Alemanha	0,9	0,1	1,6
Austrália	3,6	3,0	4,5
Áustria	1,3	0,6	1,1
Bélgica	1,1	1,7	1,2
Canadá	1,1	0,9	1,6
Chile	1,7	2,4	1,2
Dinamarca	1,0	0,7	1,5
Espanha	3,1	3,9	2,5
Estados Unidos	1,3	0,5	1,9
Finlândia	1,7	1,2	2,5
França	1,2	1,6	1,3
Grécia	2,1	3,4	1,8
Holanda	1,4	0,5	1,6
Hungria	0,6	0,4	0,6
Irlanda	3,6	3,9	2,5
Israel	1,7	-1,1	2,4
Itália	0,8	0,2	1,1
Japão	0,3	-0,5	0,3
Luxemburgo	2,2	1,5	2,9
México	1,4	0,8	1,7
Noruega	2,3	1,4	2,7
Nova Zelândia	1,5	1,1	2,5
Portugal	2,0	3,6	1,1
Reino Unido	2,1	0,9	2,5
República Checa	2,7	1,8	3,0
Suécia	1,8	0,4	2,4
Turquia	0,5	0,8	0,1
OCDE 27	1,7	1,3	1,9

Tabela 5 - Crescimento do rendimento superior para os 10% da população com rendimentos superiores.⁵¹

Os autores defendem que o aumento registado adveio, principalmente, da variação na estrutura dos salários, que contabilizam 75% do rendimento dos indivíduos considerados na idade adulta.

⁵¹ OCDE. 2011. An Overview of Growing Income Inequalities in OECD Countries: Main Findings. 2011.

Este estudo apresenta-se como um dos que refere outras causas para a variação registada ao nível da desigualdade da distribuição de rendimento, que não sejam as relacionadas com as medidas de austeridade.

Como causas associadas a esta variação nas últimas décadas, são apontados factores como: a globalização e os progressos ao nível tecnológico.

O estudo realizado pelo FMI (2007) refere que “o progresso tecnológico teve um maior impacto do que a globalização”. Contudo, os autores referem que as escolhas políticas, regulações e outras instituições podem também ter impacto positivo e reduzir a desigualdade através da regulação dos mercados, da possibilidade de definição da composição salarial e, por último, controlando o poder negocial dos consumidores através do aumento dos impostos, por exemplo, indirectos (IVA, imposto sobre o álcool e tabaco).

Este estudo, OCDE (2011) procurou também perceber se as diversas reformas no sistema de impostos e benefícios tornou a política redistributiva menos eficiente. Os impostos sobre o rendimento e as contribuições sociais nos países da OCDE foram criados com o objectivo de atenuar a desigualdade entre a população no que à distribuição de rendimento diz respeito. Este impacto foi superior nos países nórdicos, Bélgica e Alemanha. As políticas de incentivos fiscais foram criadas com o objectivo de atenuar a desigualdade na distribuição de rendimento. No entanto, com o passar do tempo, estes incentivos fiscais foram-se tornando menos eficazes e a desigualdade foi aumentando nas últimas duas décadas. O aumento do número de desempregados e as reformas nos benefícios fiscais tiveram um forte impacto na desigualdade.

Apesar do seu elevado peso no PIB (11% em 2005), as contribuições sociais tiveram um impacto reduzido na desigualdade da distribuição do rendimento.

Os autores deste estudo concluem que a desigualdade na distribuição agrava-se devido a diversos factores, como aumento dos impostos, diminuição dos benefícios fiscais, entre outros, (medidas de austeridade). Esta desigualdade tem vindo a ter sérios impactos a nível político, económico e

social, ou seja, no desempenho económico de cada país em particular e como um todo. Esta desigualdade cria um enorme sentimento de revolta por parte das classes inferiores que levam a inúmeras consequências em termos políticos, económicos e sociais.

Este estudo mostra-nos que evitar a desigualdade é um assunto extremamente difícil pois, por um lado, a tecnologia e a globalização são inevitáveis e trazem muitos benefícios aos países, mas provocam um aumento da desigualdade entre a população. Por outro, as reformas ao nível fiscal são realizadas tendo como objectivo atenuar a desigualdade da distribuição de rendimento, no entanto, nem sempre são eficazes.

Este estudo referiu ainda três pilares de extrema importância quando se pensa em diminuir a desigualdade da distribuição do rendimento: investimento intensivo em capital humano, diminuição do desemprego/promoção do emprego e reformas fiscais que contribuam para uma melhoria contínua da distribuição de rendimento.

A principal causa apontada pelos autores para o aumento da desigualdade nos países da OCDE passam por, reformas fiscais desadequadas. Estas têm vindo a ser adoptadas em inúmeros países não estando a ser suficientemente eficazes, chegando mesmo a contribuir para o aumento da desigualdade.

De acordo com a tabela 6 podemos ver que o Chile, o México e Turquia são os países que apresentam maiores níveis de desigualdade.

	Coeficiente de Gini	S80/S20	Coeficiente de variação
Alemanha	0,295	4,5	0,634
Austrália	0,336	5,7	0,374
Austria	0,261	3,8	0,281
Bélgica	0,259	3,8	0,285
Canadá	0,324	5,4	0,754
Chile	0,494	12,8	1,751
Coreia	0,315	5,7	0,374
Dinamarca	0,248	3,5	0,671
Eslovénia	0,236	3,4	0,204
Espanha	0,317	5,7	0,34
Estados Unidos	0,378	7,7	0,752
Estónia	0,315	5,1	0,384

	Coeficiente de Gini	S80/S20	Coeficiente de variação
Finlândia	0,259	3,8	0,318
França	0,293	4,3	0,525
Grécia	0,307	4,8	0,473
Holanda	0,294	4,4	-
Hungria	0,272	3,9	0,398
Irlanda	0,293	4,4	0,376
Islândia	0,301	4,4	0,571
Israel	0,371	7,7	0,911
Itália	0,337	5,6	0,595
Japão	0,329	6	0,453
Luxemburgo	0,288	4,2	0,405
México	0,476	13	2,827
Noruega	0,25	3,7	0,096
Nova Zelândia	0,33	5,3	-
Polónia	0,305	4,8	0,418
Portugal	0,353	6,1	0,62
Reino Unido	0,345	5,8	0,861
República	0,256	3,6	0,36
República	0,257	3,7	0,255
Suécia	0,259	3,9	1,074
Suiça	0,303	4,7	0,527
Turquia	0,409	8,1	1,13
OCDE20	0,316	5,5	0,735
OCDE34	0,314	5,4	0,625

Tabela 6 – As tendências da desigualdade através de três medidas diferentes⁵²

Existem outros estudos que apontam no sentido de nem sempre as variações verificadas na desigualdade da distribuição de rendimento das famílias estarem associadas, exclusivamente, à adopção de medidas de austeridade ou políticas fiscais

De acordo com Stephen P. Jenkins, et al.. (2011)⁵³ a grande crise económica dos últimos tempos, que se iniciou nos finais do ano de 2007 tem vindo a ter impacto na distribuição do rendimento das famílias (no entanto, não significa que seja o impacto da adopção das medidas restritivas que faça variar a equidade durante o período recessivo).

⁵² OCDE. 2011a. An Overview of Growing Income Inequalities in OECD Countries: Main Findings.

⁵³ Jenkins, S.P. et al.. 2011. **The Great Recession and the Distribution of House Income**. 22 de Julho.

Os autores procuraram perceber, em 21 países membros da OCDE (Austrália, Áustria, Bélgica, Canada, Dinamarca, Alemanha, Grécia, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Japão, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça e Reino Unido), o impacto da adopção de medidas de austeridade nesse período, na distribuição do rendimento.

Para tal, foram consideradas três características centrais:

- I) Mensuração do nível de vida em termos de rendimento líquido do agregado familiar;
- II) Análise do rendimento das famílias de todos os indivíduos da população, independentemente da sua idade ou estado;
- III) Perspectiva transversal comparativa entre vários países.

Os autores do estudo, *An Overview of Growing Income Inequalities in OECD Countries: Main Findings*. (2011a), defendem que o impacto da actual crise e respectivas medidas de austeridade adoptadas na distribuição de rendimento está a ser algo não visto nos últimos 80 anos.

No entanto, os autores defendem que, actualmente e comparativamente à grande depressão dos anos 1930, o papel dos Governos e as suas noções de bem-estar e igualdade evoluíram, defendendo ainda que as medidas por estes adoptadas são pensadas de forma a contribuírem para uma atenuação da desigualdade.

Uma questão importante, referida pelos mesmos autores, resume-se a que apesar do grande impacto que esta recessão está a ter e terá nas famílias, não será equivalente à da grande depressão na medida em que os países se encontram melhor preparados e equipados para lidar com estas situações, estando mais consciencializados para as noções de igualdade social.

Com base no referido anteriormente, importa perceber quais os impactos da actual recessão na distribuição do rendimento, questão chave deste estudo. No entanto, é importante ter em conta que muitos países continuam a viver este período recessivo e por isso torna-se difícil medir os impactos.

Os autores alertam para o facto de que, o impacto de uma grande crise económica na distribuição de rendimento não ser previsível e também pelo facto de os impactos poderem variar consoante a dimensão a considerar, ou seja, se no estudo em questão se considera em termos de padrões de vida, pobreza ou desigualdade.

Posto isto, este estudo está estruturado com base em duas análises. Em primeiro lugar, perceber quais os modelos económicos que podem ser utilizados e o que é que estes podem oferecer; e em segundo lugar, apresenta duas descrições com base em duas decomposições: desagregações por tipo de pessoa ("*population subgroup*") e tipo de rendimento recebido ("*income source*").

Algumas conclusões retiradas pelos autores são:

- A desigualdade da distribuição de rendimento depende, entre outros, do tipo de rendimento afectado, ou seja, se este provém do trabalho, de subsídios, de poupanças ou investimentos;
- Provocado por uma diminuição do rendimento para o grupo da população com rendimentos inferiores, as taxas de pobreza (calculadas através de um limiar fixo em termos reais) tendem a aumentar em períodos de recessão;
- As alterações na desigualdade de distribuição de rendimento em períodos recessivos dependem do padrão específico de alterações de rendimento em diferentes pontos ao longo da distribuição, bem como das características do país analisado, como por exemplo a progressividade dos impostos;

Assim, podemos ver que, segundo este estudo, não existe uma definição clara entre o impacto das medidas de austeridade em períodos recessivos e a variação na igualdade/desigualdade da distribuição do rendimento. No entanto, os autores salientam alguns aspectos importantes que se tornam necessários considerar aquando da análise deste tema, como por exemplo a importância de distinguir os diferentes tipos de impactos distributivos: padrões médios de vida, desigualdade e pobreza;

Muitos estudos por mim revistos referenciam vários factores que levaram à desigualdade da distribuição de rendimento, que não necessitam de ser necessariamente medidas de austeridade. Entre estes factores encontram-se, o estado da economia, a acessibilidade a serviços de saúde e educação, bem como equidade no acesso a condições de trabalho semelhantes.

A par do que foi referido no OCDE. 2011. *An Overview of Growing Income Inequalities in OECD Countries: Main Findings*. 2011a. e de acordo com Stephen P. Jenkins, et al.. (2011), existe então uma necessidade de reestruturar as questões de regulamentação do mercado de trabalho como forma de o tornar mais competitivo e acessível, fomentando assim, a segurança no emprego, criando políticas orientadas para o emprego, que contribuiriam, para a diminuição da desigualdade salarial.

A OCDE, em 2011, lançou também um estudo⁵⁴, *Inequality in Emerging Economies*, que procurou estudar a desigualdade nas economias emergentes. Em primeiro lugar, os autores, realizaram uma pequena abordagem aos países seleccionados relativamente a sua situação económica (Argentina, Brasil, China, Índia, Indonésia, Rússia) e posteriormente é descrita uma imagem geral dos principais *drivers* que levam à desigualdade nestes países.

Os autores realçam a existência de diversos factores que afectam a distribuição de rendimento que poderão estar associados a rendimentos provenientes do trabalho ou a entraves colocados aos trabalhadores que lhes dificultem o acesso a condições paritárias (por exemplo, o acesso das mulheres ao mercado de trabalho).

Cada vez mais, as economias emergentes (caracterizadas por um grupo heterogéneo devido à dimensão, população, entre outros) têm vindo a ganhar muita importância na economia mundial, não só na medida em que estas totalizam cerca de 50% do PIB mundial e compreendem praticamente metade de toda a população, mas também pelo papel que têm desempenhado em

⁵⁴ OCDE. 2011b. *Inequality in Emerging Economies (Ees)*. 2011.

contribuir para o desenvolvimento económico, ou pelo menos, fazendo força para que a tendência recessiva actualmente vivida em grande parte dos países a nível mundial se inverta.

As diferenças nos níveis de desigualdade entre as economias emergentes e os países pertencentes à OCDE não se devem ao esforço por parte dos países em atenuar estas desigualdades, mas sim às medidas adoptadas para o conseguirem. Segundo o estudo, OCDE (2011b), *Inequality in Emerging Economies* (Ees). 2011, as diferenças estão, entre outros, nas falhas de acesso à educação por grande parte da população das economias emergentes e nas barreiras à entrada das mulheres no mundo do trabalho.

O sistema fiscal e de benefícios têm menor impacto no que diz respeito à atenuação da desigualdade da distribuição de rendimento nas economias emergentes na medida em que este não apresenta a mesma importância que o mesmo sistema nos países da OCDE, ou seja, o sistema fiscal, nem sempre é construído com o objectivo de atenuar estas desigualdades.

No gráfico 19 podemos ver os valores apresentados pelo coeficiente de Gini no início dos anos 90 e no fim dos anos 2000 nos sete países emergentes e comparar com a média da OCDE.

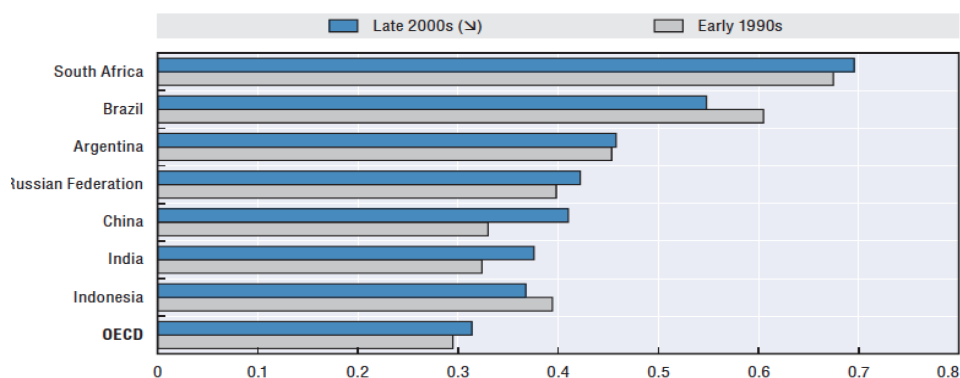


Gráfico 10 - Coeficientes de Gini nas economias emergentes⁵⁵

É claramente visível que, no final dos anos 2000 o coeficiente de Gini, em todas as economias emergentes, foi superior à média da OCDE. A África do Sul apresenta valores superiores, em praticamente o dobro, à média da OCDE.

⁵⁵ Os dados recolhidos para o ano de 1990, referem-se praticamente sempre ao ano de 1993, enquanto os resultados apresentados para o final dos anos 2000 se referem, no geral, ao ano de 2008;

Os autores afirmam a importância de duas situações contrárias: em primeiro lugar, o facto de países como o Brasil ou a Indonésia terem apresentado um elevado crescimento económico nos últimos anos e diminuindo os níveis de desigualdade da distribuição do rendimento; e em segundo lugar, o facto da China, Índia, Rússia e África do Sul, mesmo apresentando um elevado crescimento em termos económicos, os níveis de desigualdade de distribuição de rendimento aumentaram significativamente face ao período anterior.

É possível, por outro ponto de vista, perceber a desigualdade de distribuição do rendimento, através da análise da alocação do rendimento aos diferentes grupos da população, divididos em três grupos: Classe alta, média e baixa.

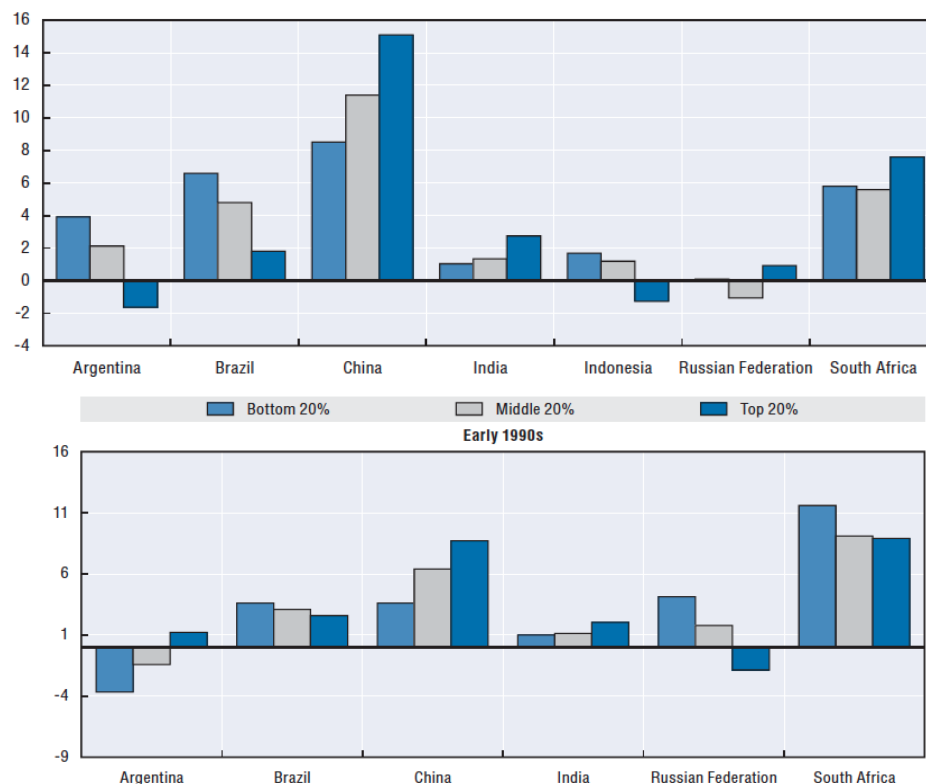


Gráfico 11⁵⁶ - Mudanças no rendimento real disponível por percentil de população

Com a análise do gráfico 20, os autores concluíram que, da mesma forma que o coeficiente de Gini se tem mantido estável ou até tem vindo a diminuir (diminuindo a desigualdade) nos países como Argentina, Brasil e Indonésia, o

⁵⁶ OCDE. 2011. Inequality in Emerging Economies (Ees). 2011.

grupo inferior da população (com menores rendimentos) e a classe média foram os que mais beneficiaram com a distribuição de rendimento nesta última década. No entanto, a classe alta em meados dos anos 2000 contabilizou cerca de 55% do rendimento. Nos restantes países analisados (China, Índia, Rússia e África do Sul), segundo os autores e através do coeficiente de Gini, a desigualdade aumentou e o rendimento passou a estar mais concentrado.

Mário Pianta⁵⁷(2012), “refere que é costume argumentar-se que a diversidade de mudanças económicas que se tem vivido, traz diversas consequências ao nível da desigualdade da distribuição de rendimento. Ainda segundo o autor, o crescimento económico da última década em Itália foi benéfico para o grupo dos 10% mais ricos e, contrariamente, os restantes nove grupos foram degradando a sua qualidade de vida, pois encontram-se em piores condições do que se encontravam anteriormente.

De acordo com as perspectivas realizadas pelo FMI espera-se que a economia Italiana decresça 2,2% em 2012. A produtividade decresceu cerca de 0,5% ao ano entre os anos 2000 e 2009.

O autor, Mário Pianta, refere que, a percentagem de rendimentos destinada a salários brutos aumentou a uma taxa anual de, aproximadamente, 0,8% na última década. No entanto, apesar deste aumento, a média salarial por trabalhador decresceu, nas últimas duas décadas, a uma taxa de 0,1%.

Em termos de rendimentos brutos, os trabalhadores italianos, cerca de 10,7 milhões de trabalhadores, estão pior do que há duas décadas atrás.

A desigualdade em Itália, só não é pior do que em Portugal e no Reino Unido. Em média o rendimento disponível por pessoa em idade ativa era, em 2008 de 19.400€ por ano, comparativamente aos 49.300€ dos 10% mais ricos.

⁵⁷ Pianta. M., 2012. **Nine out of ten. The "losers" in Italy's long crisis. Changes in income distribution, effects of policies, rise in inequality.** Sapienza University of Rome, Faculty of Economics. May 2012.

O coeficiente de Gini, nos últimos entre 1980 e 2007 em Itália, aumentou de 0,42 para 0,56 o que se traduz num aumento significativo na desigualdade da distribuição do rendimento. No entanto, em 2008, ano da crise, este coeficiente diminuiu para 0,53, ou seja, a distribuição do rendimento passou a ser feita de forma mais equitativa, podendo assim, associar-se esta diminuição às medidas de austeridade adoptadas pela Itália.

A conclusão retirada deste estudo é a de que a actual crise, apesar de afectar a economia do país em si, contribuiu, para a diminuição da desigualdade entre a população. Uma questão a ter em conta, é o facto de o grupo dos 10% mais ricos da população fazer parte dos quadros de gestão de instituições bancárias e outras entidades de grande dimensão que actualmente se encontram com graves problemas económicos. No entanto, estes continuam a receber os seus salários e remunerações, o que leva a querer que estes se foram auto-protegendo de forma a não serem prejudicados pela grave crise económica que abalou os mercados.

Segundo o Fundo Monetário Europeu (FMI) num *survey*⁵⁸ lançado a 16 de Dezembro de 2011, se as políticas fiscais adoptadas pelos países (medidas de austeridade) forem as correctas, estas podem ajudar a combater a desigualdade na distribuição do rendimento bem como contribuir para o aumento dos proveitos.

Segundo um colaborador sénior do FMI, no survey acima referenciado, muitos países enfrentam dois grandes desafios. Em primeiro lugar, assegurar a sustentabilidade fiscal e reduzir a desigualdade e em segundo lugar arranjar soluções ao mesmo tempo que apoiam o desenvolvimento, crescimento e o emprego para que consigam recuperar a economia da crise global. O *Deputy Managing Director* do FMI reforça a relação entre a justiça social e o sistema fiscal (*taxation*).

Ainda segundo o mesmo estudo do FMI, as pessoas com rendimentos inferiores são sempre as mais prejudicadas em períodos de dificuldade económica, pois por exemplo, o aumento das taxas de inflação tem um forte

⁵⁸ FMI (2011). **Right Fiscal Policies Can Help Fight Income Inequality**. Disponível em, www.imf.org (01/06/2013 22H08M).

impacto nas classes inferiores da população, pois estas corroem os seus rendimentos reais.

A falta de apoio por parte dos Governos, o aumento do desemprego, a instabilidade económica e os baixos níveis de educação, são factores que se relacionam com o facto da classe inferior da população ser a mais prejudicada.

Posto isto, o FMI procura alertar os países que se encontram em situações económicas desfavoráveis para a necessidade destes adoptarem ferramentas/mecanismos que ao mesmo tempo que diminuam o défice orçamental promovam também a equidade na distribuição do rendimento. Algumas fontes de receita, como por exemplo o IVA, mesmo não podendo ser vistos como “redistributivas”, podem ser aplicadas de forma a beneficiarem o segmento de classe baixa.

A evasão fiscal e a fraude, independentemente do imposto em questão, são factores considerados como causadores da desigualdade na distribuição do rendimento.

Por fim, ainda no mesmo *survey* publicado pelo FMI, é sugerido um conjunto de potenciais fontes de proveitos que poderão contribuir ao mesmo tempo para um melhoramento da equidade e da sustentabilidade dos países. Estas medidas passam por serem aplicados e bem estruturados três tipos de tributação: impostos sobre o rendimento pessoal, tributação dos recursos naturais e impostos sobre a propriedade.

VI – Conclusão

Após a análise de uma extensa diversidade de bibliografia relacionada com, períodos recessivos, crises macroeconómicas, adopção de medidas de austeridade e o seu impacto na desigualdade/igualdade da distribuição do rendimento, foi possível retirar algumas conclusões e fazer uma ressalva para alguns aspectos cruciais que devem ser tidos em conta à luz desta temática.

Em primeiro lugar, importa referir que com base nas conclusões retiradas por vários autores em diferentes geografias e baseados em diversos modelos, não é possível retirar uma conclusão linear, pois existem contextos diversos e impactos distintos, dependendo dos modelos utilizados e dos países em questão. Não existindo assim, uma única recessão nem uma única medida de austeridade cujas consequências sejam lineares ao nível do aumento ou atenuação da desigualdade de distribuição de rendimento.

Ao longo dos diversos estudos, foram referidas algumas causas que afectam a distribuição de rendimento, mas nem sempre, ao nível do rendimento proveniente do trabalho.

Importa ressaltar a importância que é dada em todos os estudos relativamente à standardização da informação, às diferentes medidas e aos diferentes impactos que destas advém e ao período temporal no qual estas são adoptadas.

O coeficiente de Gini é por muitos considerado o indicador mais fidedigno e credível, sendo o mais utilizado comparativamente a outros possíveis indicadores que permitem calcular a desigualdade na distribuição de rendimento. O autor Rodolfo Hoffmann⁵⁹ refere que o coeficiente de Gini é uma medida que permite medir melhor a desigualdade da distribuição de rendimento pois é afetado pelas diferentes variações ao longo da Curva de Lorenz. É também feita referência ao indicador S80/S20, coeficiente de variação e ao índice de Atkinson, como outros possíveis rácios para calcular/medir a desigualdade na distribuição de rendimento.

⁵⁹ Hoffmann, R., 1991. **O índice de desigualdade de Theil-Atkinson**. R. De Econometria (Novembro).

As bases de dados mais referidas foram a Euromod, a EU-SILC e o ECHP. No entanto, grande parte dos autores refere a Euromod como a mais completa.

As medidas de austeridade em todos os estudos revistos passaram por, aumento dos impostos sobre o rendimento, diminuição dos gastos públicos, cortes nos benefícios e aumentos das contribuições para a segurança social. Uma das dificuldades que adveio da análise dos vários estudos está relacionada com o facto de nem todos analisarem o mesmo tipo de medidas, o que torna difícil a percepção do impacto de cada uma.

Foi também feita referência ao aumento dos impostos indirectos (IVA, imposto sobre o álcool, tabaco e gasolina) como medidas adoptadas neste último período recessivo que teve início em 2008, no entanto, pela falta de informação necessária para medir o seu impacto, este foi apenas referido como uma medida importante, que teve impacto no aumento da desigualdade.

Em Portugal os autores de dois diferentes estudos, Callan. T., et al e Bastagli, F.; Coady, D. & Gupta, S.. (2012), apontam para conclusões diferentes relativamente a Portugal. O estudo da Comissão Europeia afirma que a desigualdade da distribuição de rendimento em Portugal aumentou nos últimos anos provocado pelas medidas de austeridade. Sendo que os grupos mais prejudicados foram os grupos com rendimentos inferiores, que ocupam os primeiros decis da população. Enquanto Bastagli, F.; Coady, D. & Gupta, S.. (2012) aponta para Portugal como um dos países cuja adopção de medidas teve um menor impacto no que à distribuição de rendimento diz respeito.

A Grécia é por todos vista como um país cujas medidas tenderam maioritariamente a prejudicar o segmento que apresenta rendimentos superiores, tendo sido praticamente excluídos deste impacto o primeiro e segundo decil. No entanto, apesar desta situação se ter verificado na Grécia, o impacto na população idosa não foi tida em conta, sendo estes de grande forma prejudicados.

Um dos gráficos (gráfico 8) apresentado por Callan.T., et al. (2011) procurou transmitir o peso de cada medida de austeridade no rendimento disponível. No entanto, apenas os impostos sobre o rendimento, e as variações nos benefícios e pensões foram adoptados em todos os seis países analisados, dificultando, assim a comparação entre países dos pacotes de austeridade como um todo.

De acordo com o estudo de Leventi. C., et al (2010), o impacto das medidas de austeridade é menor do que aquilo que se pensa, na medida em que as políticas adoptadas pelos diferentes países tendem a ser pensadas para esse efeito.

Nos períodos recessivos é expectável que haja um aumento na desigualdade e na pobreza. No entanto segundo Atkinson e Nolan (2009) o tipo de impacto que as crises têm na população variarão de acordo com: a integração dos indivíduos no mercado de trabalho, o seu rendimento e dos outros membros da família e a capacidade do sistema fiscal para absorver as consequências dos períodos recessivos.

É também feita referência, por vários autores, ao facto de que os gastos públicos, nem sempre são regressivos nas economias desenvolvidas. Em muitos países, isto acontece pelo facto de as classes inferiores terem acesso reduzido aos serviços públicos como a educação e a saúde. Posto isto, a desigualdade na distribuição do rendimento provocada pela adopção de medidas de austeridade pode também ser avaliada com base nas diferenças de acesso por parte dos diferentes membros da população a questões básicas de bem-estar: saúde e educação.

Outra questão a ter relaciona-se com a diferença entre países. Segundo Herwig Immervoll⁶⁰ aos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento apresentam comportamentos diferentes nesta temática. A adopção de medidas de austeridade em períodos recessivos nos países desenvolvidos,

⁶⁰ Immervoll, H.. (2009). **Minimum - Income Benefits in OCDE Countries: Policy Design, Effectiveness and challenges**. Discussion paper no. 4627. OCDE, ISER, University of Essex, European Centre Vienna, Natsem and IZA.

têm contribuído para o aumento da desigualdade na distribuição de rendimento.

No entanto, nas economias em vias de desenvolvimento, o impacto é contrário, ou seja, a consolidação fiscal pode ser preparada por forma a diminuir o impacto na desigualdade.

O autor Mario Pianta, através da análise do coeficiente de Gini para o ano de 2008, ano onde se iniciou a crise económica, realça que esta diminuiu.

O FMI⁶¹ refere que a adopção de medidas de austeridade podem não ter um impacto negativo na desigualdade da distribuição de rendimento, caso sejam correctas e pensadas de forma a atenuarem esta desigualdade.

Dois aspectos que considero importantes são: em primeiro lugar, a variação da desigualdade de distribuição de rendimento nem sempre está associada à adopção de medidas de austeridade, podendo estar associadas a políticas fiscais introduzidas, dificuldades de acesso a condições de bem-estar social, dificuldades de acesso ao mercado de trabalho (no caso das mulheres em alguns países menos desenvolvidos); em segundo lugar, gostava também de deixar claro que, existem diversas formas de afectar a desigualdade do rendimento, não necessariamente em termos de impostos, mas em termos de mercado de trabalho, como foi referido ao longo da minha revisão de literatura. Ou seja, esta desigualdade nem sempre provém da adopção de medidas de austeridade ou de políticas fiscais, mas sim, de diferenças nos rendimentos provenientes do factor trabalho.

Os autores do estudo OCDE (2011), alertam para o impacto na desigualdade da distribuição de rendimento através do diferente acesso, por exemplo, das mulheres ao mercado de trabalho.

Concluindo, a desigualdade na distribuição de rendimento não é só provocada pela adopção de medidas de austeridade. Outros factores como a globalização e os avanços tecnológicos, têm também impacto a este nível. Torna-se assim complicado medir o impacto exacto da adopção das medidas

⁶¹ FMI (2011). **Right Fiscal Policies Can Help Fight Income Inequality**. Disponível em, www.imf.org (01/06/2013 22H08M).

de austeridade na desigualdade da distribuição de rendimento, por não ser o único factor.

No entanto, a ideia de que, períodos recessivos estão associados ao aumento da desigualdade na distribuição de rendimento não é correcta. A necessidade de implementação das medidas pode ser pensada de forma a atenuar esta desigualdade. Contudo, por vezes, esta estratégia não é eficaz por parte dos países, pois o impacto de cada medida varia de país para país, consoante a situação envolvente do país e o sistema fiscal associado.

Por fim, gostaria de terminar este trabalho da mesma forma que o comecei, salientando a afirmação de Min Zhu (Deputy Managing Director no FMI), que a consolidação fiscal é dolorosa para todos os indivíduos da população. No entanto, esta, não tem de obrigatoriamente ser injusta, podendo claramente ser pensada para ser implementada de forma equitativa.

Bibliografia

Administrações Públicas. Definição. Disponível em www.pordata.pt. (27/01/2013; 10H 15M).

Atkinson, A., & Brandolini, A. 2008. **On Analysin the World Distribution of Income**. Working paper: 2008-97. ECINE.

Atkinson, A., 1970. **On the measure of inequality**. Journal of Economic Theory (244-263).

Bastagli, F.; Coady, D. & Gupta, S.. 2012. Income Inequality and Fiscal Policy. September 27. IMF Staff Discussion Note.

Brewer, M., Muriel, A., Phillips, D., Sibieta, L., 2009. **Poverty and Inequality in the UK: 2009**. The Institute For Fiscal Studies. London.

Callan, T., 2011. **Income distribution and living conditions**. European Comission. Social Situation Observatory. November.

Callan, T., Leventi, C., Levy, H., Matsagani, M., Paulus, A., Sutherland, H. 2011. **The distributional effects of austerity measures: A comparison of six EU Countries**. Working paper no. EM6/11, Euromod.

Canberra Group. Disponível em www.unstats.un.org/unsd/methods/citygroup/canberra.htm. (08/01/2013; 13H 37).

Carvina de Sousa, P. (2007). **Tudo o que quer saber sobre o subprime**. Disponível em economico.sapo.pt/edicion/diarioeconomico/edicion_impresa/economia/pt/desarrollo/1025625 (14/04/2013; 10H19M).

Chrissis, A. Livada. 2012. **Income Inequality Measurement in Greece and Alternative Data Sources: 1957-2009**. Technical Report NO. 262. October 2012. Athens University of Economics and Business.

Coeficiente de Gini. Definição. Disponível em www.pordata.pt. (18/07/2012; 01H 33M).

Coeficiente de Gini. Definição. <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/web/table/description.jsp>. (23/07/2012; 21H 40M).

Comissão Europeia. Pacto de estabilidade e crescimento. www.ec.europa.eu (27/01/2013; 10H 33M).

Cowell, F. & Fiorio, Carlo. 2010. **Inequality Decompositions**. Discussion paper 4, Gini Project. December.

Curva de Lorenz. Definição. Disponível em www.infopedia.pt (23/11/2012; 10H 39M).

Dados económicos europeus. Disponível em www.pordata.pt (14/04/2013; 11H10M)

Défice Orçamental e Dívida Pública Portuguesa. Disponível em www.bportugal.pt. (10/11/2012; 18H 59M).

Desigualdade de rendimento (S80/S20): uma inversão de tendência em Portugal no ano de 2010 , disponível em www.observatorio-das-desigualdades-cies.iscte.pt. (09/04/2013; 22H49M).

Dívida Pública Portuguesa. 2011. Disponível em www.eurostat.com. (06/10/2012; 10H 19M);

Dívida pública Irlanda. Disponível em www.epp.eurostat.ec.europa.eu (16/05/2013 21H29M).

EU-SILC. Disponível em, www.eui.eu. (16/02/2013; 14H 33M).

EU Statistics on Income & Living Conditions. Disponível em <http://www.eui.eu/Research/Library/ResearchGuides/Economics/Statistics/DataPortal/EU-SILC.aspx>. (22/01/2013 21H 53M).

EU-SILC. Disponível em, www.eui.eu. (16/02/2013; 14H 33M).

FMI (2011). **Right Fiscal Policies Can Help Fight Income Inequality**. Disponível em, www.imf.org (01/06/2013 22H08M).

General Government Gross Debt. *Definição*. Disponível em <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&plugin=1&language=en&pcode=tsieb090>. (18/07/2012; 00H 13M).

General Government Gross Debt. *Intervenção da Troika em Portugal*. <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&plugin=1&language=en&pcode=tsieb090>. (18/07/2012; 00H 13M).

Guimarães, J. (2012). **The High Cost of Inequality in Rich Countries**. Development and change. Volume 43, Issue 5, pages 1159-1169. September.

Hart. C.. 1998. **Doing a Literature Review**. Sage Publications, London.

Hoffmann, R., 1991. **O índice de desigualdade de Theil-Atkinson**. R. De Econometria V.11, nº2, (Novembro).

Immervoll, H.. (2009). **Minimum - Income Benefits in OCDE Countries: Policy Design, Effectiveness and challenges**. Discussion paper no. 4627. OCDE, ISER, University of Essex, European Centre Vienna, Natsem and IZA.

Intervenção da Troika em Portugal, 2010/2014. Disponível em www.tv.fer.pt. (18/07/2012; 00H 21M).

Jenkins, S.P. et al.. 2011. **The Great Recession and the Distribution of House Income**. 22 de Julho.

Leventi. C., et al.. 2010. **Modelling the distributional effects of austerity measures: The challenges of a comparative perspective**. Research note 8/2010, ISER University of Essex, UK.

Leventi. C., et al.. 2011. **Inequality and poverty in Greece: Myths, realities and the crisis**. Athens University of Economics and Business.

Luxemburg Income DataCenter. Disponível em www.lisdatacenter.org. (23/01/2012; 22H 12M).

Matsaganis M. & Leventi. C.. (2011). **Inequality, poverty and the crisis in Greece**. Issue 5/2011. European Economic and Employment Policy.

Matsaganis M. & Leventi. C..(2011). **The distributional impact of the crisis in Greece**. Working paper No. 1124, Athens University of Economics and Business, Athens.

Memorando de políticas económicas e financeiras – Maio de 2010.

Nolan, B., et al. 2011. **Comparable Indicators of Inequality Across Countries**. Gini Discussion Paper 9. March 2011. Gini Project.

OCDE. 2011a. An Overview of Growing Income Inequalities in OECD Countries: Main Findings. 2011.

OCDE. 2011b. Inequality in Emerging Economies (Ees). 2011.

Orçamento de Estado 2008. Disponível em www.dgo.pt. (16/03/2013; 16H 00M).

Pereira, A. S. 2011. *Portugal na Hora da Verdade*. Trajectos Portugueses. Gradiva.

Pianta. M., 2012. **Nine out of ten. The "losers" in Italy's long crisis. Changes in income distribution, effects of policies, rise in inequality**. Sapienza University of Rome, Faculty of Economics. May 2012.

Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF). Disponível em <http://www.portugal.gov.pt>. (16/03/2013; 09H 52M).

Programa de Estabilidade e Crescimento, 2011-2014. Disponível em http://www.parlamento.pt/OrcamentoEstado/Documents/pec/21032011-PEC2011_2014.pdf (22/10/2012; 10H 35M).

Reis. R.. 2011. **Explicando a crise do sub-prime**. Económico. (27/01/2013; 10H 57M);

Stephen P. Jenkins, et al.. 2013. **The Great Recession and the Distribution of Household Income**. Oxford University.

Taxa de Desemprego. Instituto Nacional de Estatística. Disponível em www.ine.pt. (23/02/2013M 17H 33M).

The Portuguese Economy. Disponível em <http://theportugueseconomy.blogspot.pt/>. (27/01/2013; 12H 57M).

The World Bank. Disponível em www.worldbank.org. (24/02/2013; 12H 20M).

Ward. T. & Ozdemir, E.. 2011. **The social effects of employment developments across the EU in the crisis**. Research note 3/2011, ISER University of Essex, UK.

World Economic Outlook. Disponível em, www.imf.org. (12/02/2013; 17H20M).

Anexos

Anexo 1 – Medidas de austeridade simuladas no estudo: The distributional effects of austerity measures: as comparison of six EU countries – Social Situation Observatory – Income distribution and living conditions.

Estónia: As medidas de austeridade da Estónia estudadas foram:

- Aumento das contribuições para a segurança social;
- Suspensão do crédito e das contribuições dos empregados para o 2º pilar;
- Redução das deduções do imposto sobre o rendimento;
- Aumento da taxa normal de IVA;
- Cortes nos pagamentos do sector público.

Irlanda: As medidas de austeridade na Irlanda estudadas foram:

- Diminuição dos impostos sobre o rendimento e diminuição dos créditos de imposto;
- Novo imposto sobre o rendimento;
- Aumento das contribuições para a segurança social;
- Cortes em todos os benefícios monetários e congelamento dos benefícios contributivos;
- Cortes nos pagamentos do sector público.

Grécia: As medidas de austeridade da Estónia estudadas foram:

- Aumento nas taxas superiores do imposto sobre o rendimento, mudanças nos créditos de imposto, subsídios e aumento da base de imposto sobre o rendimento;

- Introdução de um aumento adicional aos impostos sobre o rendimento e um imposto especial sobre as pensões;
- Cortes nas pensões públicas;
- Cortes nos pagamentos do sector público;
- Aumento na taxa normal e na taxa reduzida do IVA.

Espanha: As medidas de austeridade em Espanha estudadas foram:

- Introdução de um imposto adicional sobre os contribuintes com rendimentos superiores;
- Cortes e congelamento nos benefícios monetários;
- Congelamento das pensões públicas;
- Aumento da taxa normal de IVA;
- Cortes nos pagamentos do sector público.

Portugal: As medidas de austeridade em Portugal estudadas foram:

- Aumento das taxas de imposto sobre o rendimento, introdução de uma taxa adicional para os contribuintes com rendimentos superiores;
- Congelamento de, praticamente, todos os benefícios e pensões, redução dos apoios ao desemprego, dos benefícios sociais e dos apoios sociais;
- Aumento da taxa normal de IVA;
- Cortes nos pagamentos do sector público.

Reino Unido: As medidas de austeridade no Reino Unido estudadas foram:

- Aumento das contribuições para a segurança social;
- Introdução de uma taxa de imposto sobre o rendimento para contribuintes com rendimentos superiores e

retenção do abono aos indivíduos com rendimentos superiores;

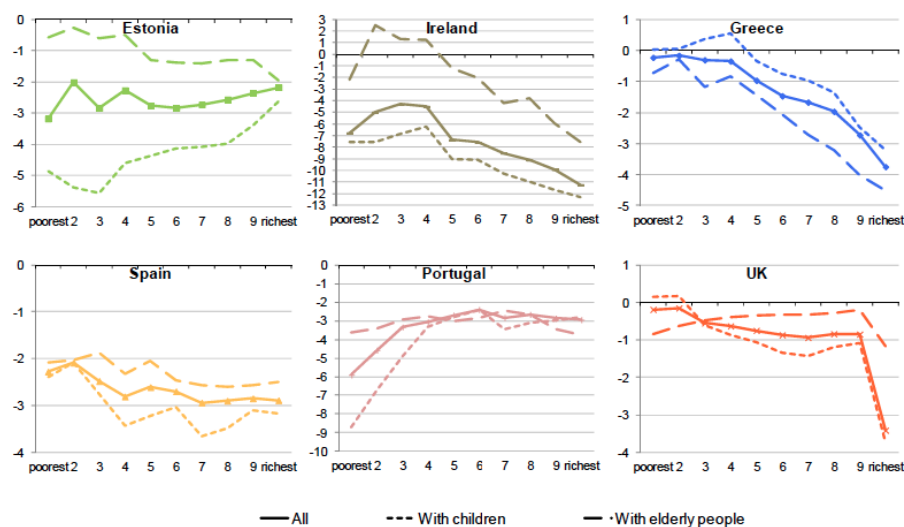
- Cortes em alguns benefícios monetários e créditos de imposto e aumento noutros;
- Aumento da taxa normal de IVA;
- Congelamento do imposto local (*Council Tax*).

Anexo 2 – Impacto das medidas de austeridade por decis da população nos 6 países considerados no estudo da Comissão Europeia (RN2/2011)

Como podemos ver pelo gráfico supra apresentado, em todos os países considerados, excepto em Portugal e na Estónia, os decis superiores foram fortemente prejudicados.

Na Grécia e no Reino Unido, a variação sofrida pelo decil superior foi de, aproximadamente, -4% e -3,5, respectivamente.

Figure 6 Percentage change in household disposable income due to austerity measures: by type of household



Anexo 3 – Medidas de austeridade consideradas no estudo “Modelling the distributional effects of austerity measures: The challenges of a comparative perspective”.

Estónia:

Impostos directos e contribuições

- Aumento das “*unemployment insurance contributions*” (de 1 de Junho a 1 de Agosto de 2009);
- Aumento dos níveis mínimos de pensões e contribuições para a segurança social;
- Suspensão do “*credited contributions to the 2nd pension pillar*” (entre 1 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2010).

Benefícios e crédito de imposto

- O estreitamento dos benefícios fiscais a famílias com crianças;
- A abolição de deduções fiscais para algumas despesas (a partir de Janeiro de 2010);
- A abolição do abono escolar;
- O estreitamento dos benefícios para crianças;
- O aumento dos níveis mínimos dos benefícios de desemprego (a partir de 1 de Julho 2009).

Grécia:

Impostos directos e contribuições

- Introdução, em 2009, de uma taxa de 1% para rendimentos pessoais superiores a 100.000€;
- Reestruturação ao nível da estrutura do Imposto sobre o rendimento tendo passado a ser menos plano: incluindo um subsídio pessoal de 12.000 e um aumento da 45% da

taxa superior para rendimentos anuais superiores a 100.000€;

- Introdução das contribuições solidárias dos pensionistas, ou seja, impostos especiais para os pensionistas, com os impostos sobre o rendimento a aumentarem de 3% para contribuintes com salários entre os 1.400€ e os 1.700€ por mês para 10% dos contribuintes que ultrapassem o salário de 3.500€ por mês; Os pensionistas com salário inferior a 1.400€ por mês passaram a estar isentos;
- A base tributária foi estendida para incluir os subsídios de desemprego, prestações familiares e grandes benefícios por incapacidade contributiva para indivíduos com rendimentos superiores a 30.000€ ano.

Impostos indirectos

- A taxa sobre o tabaco, álcool e gasolina aumento em 30%;
- Aumento em 20% dos impostos nos bens de luxo;
- Aumento na taxa normal do iVA de 19% para 23%. A taxa reduzida aumentou de 5,5% para 11%.

Benefícios e créditos de imposto

- Abolição do 13º e 14º mês. No seu lugar, a taxa inferior dos subsídios de férias que totalizem os 800€ por ano vão ser pagos aos pensionistas com idade superior a 60 anos e que recebam uma pensão inferior a 2.500€ por mês. As pensões por invalidez, pensões sociais e as pensões dos agricultores estão excluídas (continuam a ser pagas 14 vezes por ano);
- Os subsídios fiscais e créditos de imposto aumentaram (a partir de 2010). Os subsídios com as crianças aumentaram (para 1.500€, 3000€ e 11.500 por ano para famílias com 1, 2 ou 3 filhos respectivamente). Nas doações para caridade,

anteriormente disponíveis á taxa marginal, passou a ser feito um crédito fiscal de 20% da despesa relevante, e limitado a 10% da renda tributável total.

Pagamentos do sector público

- O 13º e o 14º mês, pagos, até então, aos funcionários públicos e funcionários públicos utilitários foi abolido; No entanto, a taxa inferior de subsídio de férias continuará a ser paga aos trabalhadores, num total de 1000€, que recebam menos de 3.000€;
- Os subsídios especiais pagos aos funcionários públicos foi reduzida para 20%. Famílias, idosos, pós-graduados e a ocupação *“hard and arduous”* foram excluídos. Os funcionários públicos utilitários, cujos subsídios especiais fazem parte da base de pagamento, foram cortados em 10%;
- Os salários dos funcionários públicos foram limitados a 5.981€ por mês (excepto juízes do supremo tribunal);
- Os salários do sector público foram congelados de 2010 a 2013 ao nível de 2009 (em termos nominais).

Espanha:

Impostos directos e contribuições

- Aumento de dois escalões para os contribuintes com maiores rendimentos (para 44% para rendimentos anuais entre os 120.000€ e os 175.000€ e para 45% para rendimentos superiores a 175.000€).

Benefícios e créditos de imposto

- Congelamento das pensões de 2011, excepto para os que não contribuintes e contribuintes mínimos;

- Eliminação do premo de aniversário a partir de Janeiro de 2011;
- Eliminação do crédito de imposto pessoal de 400€ a partir de 2010.

Outros

- Cortes em média de 5% nos salários do sector público em 2010 e congelamento dos pagamentos em 2011;
- Redução do investimento público.

Todas as medidas excepto as que constam na subdivisão “outros” foram simuladas neste estudo.

Reino Unido:

Impostos directos e contribuições

- Aumento nas contribuições de todos os empregados e empregadores em 1%, compensada por um aumento no limite em que os funcionários começam a pagar contribuições de 23 e 21 libras por semana, respectivamente;
- Reduções reais no ponto em que o aumento da taxa de imposto sobre o rendimento começa a ser pago em Abril de 2011, 2012 e 2013 e um aumento de 1000 libras em dinheiro na provisão de imposto sobre o rendimento pessoal para aqueles com idade inferior a 65€;
- Limitação da dedução de impostos sobre as contribuições providenciarias às contribuições anuais até 50.000 libras.

Impostos indirectos

- Aumento do Imposto sobre valor acrescentado (IVA) de 15% para 20% e no imposto sobre gasolina, tabaco e álcool.

Benefícios e créditos de imposto

- Aumentos nos elementos dos filhos do *"Child Tax Credit"* em Abril de 2011 e 2012;
- Retirar o elemento da família do *"Child Tax Credit"* para as famílias com rendimentos superiores;
- Aumento da taxa na qual os créditos de imposto são retirados de 39% para 41%;
- Retirar o elemento "bebé" do *"Child Tax Credit"* e diversos cortes;
- Mudanças na forma como as mudanças anuais são realizadas ao nível dos créditos de impostos por forma a que o aumento nos rendimentos superiores a 10.000 euros, em Abril de 2011 e 5.000 em Abril de 2013 serão reduzidos os pagamentos de crédito tributários e os decréscimos no rendimento para 2.500 euros, não terão impacto a este nível. Além disso, os requerentes terão de informar a HMRC (*"Her Majesty's Revenue and Customs"*) relativamente às alterações nas circunstâncias supra referidas mais rapidamente;
- Reforma no exame médico para abono por deficiência para reduzir o número de requerentes em 20%;
- Remover o abono de família dos contribuintes incluídos no segmento superior;
- Limitação do subsídio contributivo de apoio ao emprego para 12 meses, salvo se muito incapaz;
- Cortes nos gastos do *"Council Tax Benefit"*;
- Congelamento de parte das poupanças creditadas do crédito de pensão por 4 anos;
- Cortes nos subsídios de subsistência para pessoas deficientes que habitam em lares pagos pelo Estado;

- Reforma do subsídio de habitação.

Geral

- Eliminação de algumas medidas estimulantes da economia (*stimulus measures*) para o ano fiscal 2010-2011:
- Utilização do índice de preços do consumidor em vez do índice de preços a retalho;
- Limite dos benefícios até 500 libas por semana (350 libras para pessoas singulares sem filhos);

Anexo 4 – Construção da base de dados internacional do coeficiente de Gini:

A base de dados utilizada pelos autores do estudo do FMI, “Income Inequality and Fiscal Policy”⁶² analisa 150 países (desenvolvidos e em vias de desenvolvimento) desde os anos 80 e dos anos 90, dependendo da informação disponível.

A informação para calcular os coeficientes de Gini é retirada de 5 fontes diferentes, sendo que a prioridade foi dada à informação reportada com base no rendimento disponível.

Assim, podemos ver pela tabela infra apresentada, a fonte de onde a informação foi retirada, quais os países e respectivos valores associados.

País	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	Última informação disponível	Ano da última informação disponível	Fonte
Economias avançadas	27,3	27,9	28,4	29,4	29,8	30,1	30,1			
Australia	28,1	29,2	30,4	30,8	31,8	29,8	33,4	33,4	2008	LIS/OCDE
Austria	22,7	22,7	25,2	27,7	25,7	27,3	27,2	27,2	2010	LIS/E U
Bélgica	22,7	22,7	22,8	26,6	27,9	25,9	24,5	24,5	2010	LIS/E U
Canadá	28,4	28,3	28,1	28,4	31,5	31,5	31,9	31,9	2008	LIS/OCDE
Dinamarca	25,4	25,4	23,6	21,8	22,5	22,8	25,8	25,8	2009	LIS/E U
Finlândia	20,9	20,9	21	21,7	24,6	25,7	25,1	25,1	2010	LIS/E U
França	29,1	29,8	28,7	28,8	27,8	28,1	30,3	30,3	2010	LIS/E U
Alemanha	24,4	26,5	25,8	27	26,6	28,9	32,1	32,1	2010	LIS/E U
Grécia	34,9	34,9	34,9	34,9	33,3	33,1	32,8	32,8	2010	LIS/E U
Irlanda	32,8	32,8	33,2	33,6	31,3	31,6	32,9	32,9	2010	LIS/E U
Itália	30,6	30,6	29,7	33,8	33,3	33,4	31,8	31,8	2010	LIS/E U
Japão	30	30	31	32	34	32	32,9	32,9	2008	OCDE
Luxemburgo	23,7	23,7	23,9	23,5	26	26,8	28,2	28,2	2010	LIS/E U
Holanda	25,8	25,8	26,6	25,7	26,1	26,2	24,8	24,8	2010	LIS/E U
Nova Zelândia	27	27	32	34	34	34	33	33,0	2008	OCDE
Noruega	22,3	23,3	23,1	23,8	25	28,6	24	24,0	2010	LIS/E U
Portugal	33	33	33	36	36	38	33,2	33,2	2010	OCDE
Espanha	31,8	31,1	30,3	35,3	33,6	32,6	34,7	34,7	2010	LIS/E U
Suécia	19,7	21,8	22,9	22,1	25,2	23,7	24,4	24,4	2010	LIS/E U
Suíça	30,9	30,8	30,7	29,4	28	27,4	27,2	27,2	2010	LIS/E U
Reino Unido	27	30,3	33,6	34,4	34,7	35,1	33,5	33,5	2010	LIS/E U
Estados Unidos	30,1	33,5	33,8	36,3	36,8	38,8	38,6	38,6	2008	LIS/OCDE

⁶² Bastagli, F.; Coady, D. & Gupta, S.. 2012. Income Inequality and Fiscal Policy. September 27. IMF Staff Discussion Note.

Pais	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	Última informação disponível	Ano da última informação disponível	Fonte
Ásia e Pacífico		34	34,7	36,1	36,7	37,7	37,3			
Bangladesh		26	29	33	33	33	32	33,0	2005	WDI
Bhutan						47	47	38,0	2007	WDI
Cambodia		38	38	38	40	42	42	38,0	2008	WDI
China	29	28	32	36	39	42	42	42,0	2005	WDI
Hong Kong				43						WDI
India		31	32	31	32	33	33	33,0	2005	WDI
Indonésia		30	29	31	29	34	34	34,0	2005	WDI
Coreia						31,1	31,1	31,1	2006	LIS
Lao PDR		30	30	35	33	35	35	37,0	2008	WDI
Malásia		49	46	49	43,5	38	38	46,0	2009	WDI
Maldivas					63	37	37	37,0	2004	WDI
Mongolia		33	33	33	30	33,5	33,5	37,0	2008	WDI
Nepal		30	32,5	35	39,5	44	44	33,0	2010	WDI
Nova Guiné				51						WDI
Filipinas		41	44	43	46	44	44	43,0	2009	WDI
Singapura					42					WDI
Sri Lanka		32	32	35	41	40	40	40,0	2007	WDI
Taiwan		26,9	27,1	27,7	28,9	30,5	30,5			
Tailândia		45	45	43	43	42	40	40,0	2009	WDI
Timor-Leste					40	32		32	2007	WDI
Vietname		36	36	36	36	37	36	36	2008	WDI

Pais	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	Última informação disponível	Ano da última informação disponível	Fonte
Emerging Europe			29,4	33,6	33,6	33,9	33			
Albânia			29	29	28	33	35	35	2008	WDI
Arménia			44	44	36	36	31	31	2008	WDI
Azerbaijão			35	35	37	35,5	34	34	2008	WDI
Belarus			23	29	30	28	27	27	2008	WDI
Bosnia e Herzegovina			28	28	28	36	36	36	2007	WDI
Bulgária			23	31	34	29	37,2	37,2	2010	WDI/EU
Croácia			23	27	31	29	30,5	30,5	2010	WDI/EU
República Checa			20,7	25,9	26,8	27,7	26,6	26,6	2010	LIS/EU
Estonia			36,1	36,1	36,1	30,7	27,9	27,9	2010	LIS/EU
Geórgia			37	37	41	41	41	41	2008	WDI
Hungria			28,3	32,3	29,2	28,9	25,4	25,4	2010	LIS/EU
Kazajistão			26	35	41	32	29	29	2009	WDI
Letónia			22	31	34	36	35,2	35,2	2010	WDI/EU
Lituânia			22	32	32	36	36,6	36,6	2010	WDI/EU
Macedónia			34	34	34	39	43	43	2009	WDI
Moldávia			24	37	39	36	33	33	2010	WDI
Montenegro						30	30	30	2008	WDI
Polónia			27,4	31,8	28,9	37,6	33,1	33,1	2010	LIS/EU
România				27,7						LIS
Rússia			39,5	44,7	43,4	43,4	43,4	43,4	2000	LIS
Sérvia			33	33	33	33	28	28	2009	WDI
República Eslovaca			18,9	24,1						LIS
Eslovénia			25	25	24,9	26	26	26	2005	LIS
Turquia			43	42	43	43	39	39	2008	WWDI
Ucrânia			23	39	29	28	27,4	27,4	2010	WDI/EU

País	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	Última informação disponível	Ano da última informação disponível	Fonte
América Latina e Caraíbas			49,7	51,7	51	50,3	48,6			
Argentina	37,6	40,5	44,2	46	48,3	46,9	42	42	2010	SEDLAC
Belize			58	49,9	49,9	49,9	49,9			SEDLAC
Bolívia			50,9	56,1	56,1	55,7	54	54	2008	SEDLAC
Brasil	55,3	53,2	58,8	57	57	54,7	52	52	2009	SEDLAC
Chile		54,8	53,7	54	54	50,5	50,6	50,6	2009	SEDLAC
Colômbia			48,3	55,3	55,3	54,1	54,4	54,4	2010	SEDLAC
Costa Rica			42,2	43,9	43,9	45,3	48	48	2010	SEDLAC
República Dominicana			45,6	50,3	50,3	47,9	45,3	45,3	2010	SEDLAC
Equador			55,1	54,2	54,2	51,5	46,8	46,8	2010	SEDLAC
El Salvador			50,5	49,8	49,8	47,7	43,5	43,5	2010	SEDLAC
Guatemala			51,6	51,6	51,6	51,9	51,9	53,1	2006	SEDLAC
Guyana			49,9							SEDLAC
Haiti					58,5			58,5	2001	SEDLAC
Honduras			49,6	53,4	52,2	57,7	55,3	55,3	2010	SEDLAC
Jamaica			56,5	66,3	57	57	57	58	2002	SEDLAC
México			51	52	52	46	48	48	2008	WDI
Nicaragua			54,3	54,3	47,9	50	50	50	2005	SEDLAC
Panamá			53,5	53,2	53,4	51,6	49,4	49,4	2010	SEDLAC
Paraguai			38,9	56,1	54	51	50,3	50,3	2010	SEDLAC
Peru			51,4	51,4	48,6	47,6	44,9	44,9	2010	SEDLAC
St. Lucia				43						WDI
Suriname					61,9					SEDLAC
Trindade e Tobago			43							WDI
Uruguai			40,4	40	42,1	43,7	43	43	2010	SEDLAC
Venezuela			39,9	44	41,8	45,4	36,3	36,3	2010	SEDLAC

País	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	Última informação disponível	Ano da última informação disponível	Fonte
Médio Oriente e Norte de África		34,7	34,5	37,1	38,1	37,7	36,7			
Algeria			40	35						WDI
Djibouti		36,8	36,8	36,8	39,9	39,9	39,9	39,9	2002	LIS
Egito		32	32	30	33	32	31	31	2008	WDI
Irão		47	44	43	44	38	38	38	2005	WDI
Israel					39			39	2001	WDI
Jordânia		36	43	36	37	38	35	35	2010	WDI
República do Quirguistão		26	26	54	36	39	36	36	2009	WDI
Mauritânia		44	40,5	37	39	41	40	40	2008	WDI
Marrocos		39	39	39	39	41	41	41	2007	WDI
Paquistão		33	33	29	33	31	30	30	2008	WDI
Qatar						41		41	2007	WDI
Tajiquistão		29	29	29	29	34	31	31	2009	WDI
Tunísia		43	40	42	41	41	41	41	2005	WDI
Turcomenistão		26	26	35	41	41	41			WDI
Uzbaquistão		25	25	35	45	37	37	37	2003	WDI
República Iemen					33	38		38	2005	WDI

Pais	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	Última informação disponível	Ano da última informação disponível	Fonte
África Sub-Sahariana			47,7	47,2	45,9	44,7	44,5			
Angola					59			59	2000	WDI
Benim						39			2003	WDI
Botsuana		54	57,5	61						WDI
Burkina			51	51	47	40	40	40	2009	WDI
Burundi			33	37,5	42	33	33	33	2006	WDI
Camarões			41	41	40	39	39	39	2007	WDI
Cabo Verde					51			51	2002	WDI
República Africana central			61	55,3	49,7	44	56	56	2008	WDI
Chad						40		40	2003	WDI
Comores						64		64	2004	WDI
República do Congo						44		44	2006	
Congo						47		47	2005	WDI
Cote D'Ivoire		41	37	37	44	43	42	42	2008	WDI
Etiópia	32	34,7	37,3	40	30	30	30	30	2005	WDI
Gabon						41		41	2005	WDI
Gambia			50	50	50	47	47	47	2003	WDI
Ghana			36	38,5	41	43	43	43	2006	WDI
Guinéa			47	45	42,5	40	40	39	2007	WDI
Guiné Bissau			48	48	36	36	36	36	2002	WDI
Quênia			57	42	45	48	48	48	2005	WDI
Lesoto		56	59,5	63	58	53	53	53	2003	WDI
Liberia						38		38	2007	WDI
Madagascar	47	47,7	46,3	46	42	47	44	44	2010	WDI
Malawi			50	50	50	39	39	39	2004	WDI
Mali			51	51	40	39	33	33	2010	WDI
Moçambique			44	44	45,5	47	46	46	2008	WDI
Namíbia			74	74	69	64	64	64	2004	WDI
Níger			36	42	43	44	35	35	2008	WDI
Nigéria			45	47	45	43	49	49	2010	WDI
Rwanda			36,7	44,3	52	53	53	53	2006	WDI
São Tomé e Príncipe					51			51	2001	WDI
Senegal			54	41	41	39	39	39	2005	WDI
Serra Leoa						43		43	2003	WDI
África do Sul			57	57	58	67	63	63	2009	WDI
Suazilândia			61	61	51	51	51	51	2010	WDI
Tanzânia			34	34,5	35	38	38	38	2007	WDI
Toto						34		34	2006	WDI
Uganda			44	37	43	43	44	44	2006	WDI
Zâmbia			50	50	53	51	51	55	2009	WDI
Zimbábue				50					2006	WDI

Anexo 5 - Países membros da Organização para o Cooperação e Desenvolvimento Económico

Em 1960 esta organização começou por ser constituída por 18 países europeus, pelos Estados Unidos e pelo Canadá. Actualmente, contam com 34 membros que são eles: Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, República Checa, Dinamarca, Estónia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Islândia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Coreia, Luxemburgo, México, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Polónia, Portugal, República Eslovaca, Eslovénia, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos.

Apêndice

Apêndice 1- Coeficiente de Gini na UE-27

Segundo os dados disponíveis em www.pordata.com do coeficiente de Gini entre o período de 2008 a 2011. Durante este período, muitos dos países pertencentes à UE-27 viveram uma acentuada recessão económica, o que levou à adopção de medidas de austeridade em países como, Espanha, Portugal, Grécia, Irlanda, entre outros.

Assim, com base na informação infra apresentada podemos ver que:

- Alemanha: O coeficiente de Gini diminuiu 1,2 pontos percentuais durante os 4 anos em análise, o que significa que a desigualdade diminuiu. Sendo este um país cuja recessão macroeconómica não teve grande impacto, podemos concluir que a desigualdade da distribuição do rendimento diminuiu sem ser necessário adoptar medidas de austeridade;
- Espanha: Em Espanha, a situação foi contrária à verificada na Alemanha, onde se verificou um aumento de 2,7 pontos percentuais no coeficiente de Gini, o que traduz um aumento da desigualdade na distribuição do rendimento. Apesar deste país se ter visto obrigado a adoptar medidas de austeridade mais tarde do que por exemplo, a Grécia ou a Espanha, não se verificou uma atenuação das desigualdade da distribuição do rendimento;
- Grécia: A variação no coeficiente de Gini na Grécia não foi linear. No entanto, podemos verificar que entre 2008 e 2010 se registou uma diminuição do coeficiente de Gini, ou seja, as medidas de austeridade tiveram um impacto

positivo na atenuação da desigualdade. No entanto, de 2010 para 2011, a situação inverteu-se.

- Irlanda: A Irlanda não apresenta dados para o ano de 2011, o que dificulta um pouco esta análise. Importa assim salientar que, a desigualdade da distribuição de rendimento segundo o coeficiente de Gini (aumento de 3,3 pontos percentuais) aumentou aquando da adopção de medidas de austeridade.
- Por fim, Portugal, tal como a Grécia não apresentou uma variação linear nestes últimos quatro anos. Sendo este o país da UE-27 que apresenta valores superiores relativamente a este coeficiente, importa salientar que comparativamente a 2008 o coeficiente de Gini diminuiu, ou seja a igualdade da distribuição de rendimento aumentou, no entanto, de 2010 para 2011, registou-se um ligeiro aumento de 1 ponto percentual.

	2008	2009	2010	2011
Alemanha	30,2	29,1	29,3	29
Austria	26,2	25,7	26,1	26,3
Bélgica	27,5	26,4	26,6	26,3
Bulgária	35,9	33,4	33,2	35,1
Chipre	28,3	29,1	29,2	28,8
Dinamarca	25,1	26,9	26,9	27,8
Eslováquia	23,7	24,8	25,9	25,7
Eslovénia	23,4	22,7	23,8	23,8
Espanha	31,3	32,3	33,9	34
Estónia	30,9	31,4	31,3	31,9
Finlândia	26,3	25,9	25,4	25,8
França	29,8	29,9	29,8	30,8
Grécia	33,4	33,1	32,9	33,6
Hungria	25,2	24,7	24,1	26,9
Irlanda	29,9	28,8	33,2	x
Itália	31	31,5	31,2	x
Letónia	37,7	37,4	36,1	35,2
Lituânia	34	35,5	36,9	32,9
Luxemburgo	27,7	29,2	27,9	27,2
Malta	27,9	27,2	28,4	27,4
Países Baixos	27,6	27,2	25,2	25,8
Polónia	32	31,4	31,1	31,1
Portugal	35,8	35,4	33,7	34,7
Reino Unido	33,9	32,4	33	33
Romenia	36	34,9	33,3	33,2
República Checa	24,7	25,1	24,9	25,2
Suécia	24	24,8	24,1	24,4